

FORTUNATA PISELLI

**FAMÍLIA, MERCADO E TRANSFORMAÇÃO
POLÍTICA EM QUATRO ALDEIAS
DO CONCELHO DE COIMBRA**

nº 36
Julho1993

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

Fortunata Piselli

FAMÍLIA, MERCADO E TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA EM QUATRO ALDEIAS DO CONCELHO DE COIMBRA*

Este ensaio analisa as estratégias económicas de indivíduos e agregados familiares, em quatro aldeias do concelho de Coimbra, no quadro das mudanças políticas surgidas nos quinze anos subsequentes à revolução de 25 de Abril de 1974.

O objectivo aqui visado é duplo: por um lado, pretende-se dar um exemplo concreto do processo de transformação social e económica das comunidades locais, no quadro específico da transição política portuguesa; por outro lado, partindo da análise aprofundada de alguns casos, salientar processos que podem ter uma validade menos restrita do que à primeira parece e que, por conseguinte, permitem formular algumas hipóteses mais gerais sobre os processos de transformação social e política nos países semiperiféricos.

A investigação foi efectuada em dois momentos sucessivos: entre 1971 e 1973 e, depois da revolução de 25 de Abril de 1974, entre 1983 e 1989¹. A

* Versão portuguesa reformulada por Teresa Lello, com a colaboração de Joaquim Feio, a partir de uma tradução efectuada por Maria Helena Cardoso Pereira Bardiesi e Carla Bonomo.

¹ Comecei o trabalho cujos resultados são em parte apresentados neste ensaio, em 1970, altura em que o Graal de Coimbra me convidou para coordenar uma investigação sociológica nalgumas aldeias do concelho. O Graal, inspirando-se no ensino e na experiência de Paulo Freire, no Brasil, começara nas aldeias, com um grupo de estudantes universitários, um programa de alfabetização-consciencialização e queria dar uma base científica ao trabalho através dum estudo sociológico. Nos anos de 1971 a 1973 foi realizado o primeiro inquérito pelo método do questionário entre os habitantes das aldeias. Retomei o trabalho de campo em 1983 e continuei-o até 1990. Duas pessoas permitiram-me levar a cabo o projecto: Manuela Afonso, do Graal, que teve responsabilidades directas na coordenação do trabalho dos entrevistadores e foi a minha principal colaboradora em ambas as fases da investigação; o Professor Manuel Laranjeira Rodrigues de

primeira fase da investigação tinha como objectivo fundamental o conhecimento pormenorizado da estrutura demográfica e das condições de vida e de trabalho da população².

Areia, Director do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, que me proporcionou o suporte científico e logístico do seu Instituto. Tive ainda a possibilidade de contar com a ajuda e a colaboração de todos os amigos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

A investigação foi realizada graças ao apoio financeiro de duas Instituições: em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian, que financiou o programa do Graal e suportou o encargo financeiro das entrevistas em ambas as fases da investigação; em Itália, o CNR que me permitiu efectuar estadias de estudo em Portugal desde 1983 até 1990, no âmbito do acordo de cooperação científica para o intercâmbio de investigadores entre o CNR e o INIC.

Reuni os resultados globais da investigação numa monografia (Piselli, 1991) para a qual remeto para um aprofundamento da realidade social, económica e política das quatro aldeias, e para um aprofundamento empírico e bibliográfico. Uma primeira versão parcial deste ensaio, apareceu com o título "Estratégias económicas e dinâmicas familiares em quatro aldeias do concelho de Coimbra: antes e depois do 25 de Abril", na revista *Antropologia Portuguesa*, 1991.

² A hipótese principal de onde partimos como base do trabalho de pesquisa, é a não dissociabilidade entre o objecto da pesquisa, a metodologia seguida e os conteúdos sócio-políticos e culturais considerados. Conduzimos uma análise, sincrónica e diacrónica, profunda do sistema social das quatro aldeias, procurando conciliar, na experiência "de campo", substancialmente duas linhas de investigação: a análise detalhada de situações específicas, por meio da "observação participante" e a análise sistemática da estrutura social, com base em todos os dados quantitativos que foi possível encontrar e consultar, desenvolvida também numa perspectiva histórico-comparativa.

De acordo com esta perspectiva geral, devo indicar, ainda que brevemente, como se articularam algumas fases da pesquisa, para consentir uma correcta leitura dos quadros referidos no texto e explicitar o universo a que se referem. Durante a primeira fase da investigação, nos anos de 1971-73, depois de numerosos inquéritos-piloto destinados à sua preparação e aperfeiçoamento, estabelecemos um questionário que, além de recolher todos os dados individuais de identificação (sexo, idade, estado, habilitações literárias, local de nascimento, emprego, mobilidade geográfica, etc.), deveria fornecer todas as informações possíveis acerca das condições de vida e de trabalho, e das relações sociais dos habitantes das aldeias. Dado o tipo particular de informação que queríamos obter e as hipóteses particulares que queríamos verificar, seria impossível utilizar um processo de amostragem sem alterar a exigência fundamental desta parte da investigação, que visava acima de tudo uma análise quantitativa aprofundada, pormenorizada e sistemática. Submetemos portanto o questionário a todas a população das aldeias: 223 famílias (809 pessoas) em Almalaguês, 206 famílias (701 pessoas) em Antanhol, 312 famílias (1128 pessoas) em Eiras-Casais, 262 famílias (968 pessoas) na Adémia. Ao retomarmos o trabalho dez anos mais tarde, repetimos a investigação feita anteriormente. Introduzimos algumas modificações no questionário, mantendo na mesma a maior parte dele, mas acrescentando uma nova série de perguntas relativas aos acontecimentos da revolução e às alterações ocorridas. Para tornar o mais possível fidedigna e significativa a comparação com a investigação realizada anteriormente, achámos oportuno submeter o novo questionário a toda a população. Isto foi possível em Almalaguês e em Antanhol onde responderam ao questionário 90-95% da população (os restantes estavam ausentes para férias ou por outros motivos); tratou-se, respectivamente, de 216 famílias (716 pessoas) em Almalaguês e 174 famílias (639 pessoas) em Antanhol. No caso de Eiras-Casais e da Adémia, dadas as dimensões maiores das aldeias, julgámos suficiente o elevado grau de representatividade que poderia proporcionar um sistema de amostragem por áreas, com base numa escolha racional. Limitámos, portanto, a investigação às famílias residentes em certas zonas das aldeias, consideradas representativas do universo total, e significativas no respeitante às exigências comparativas da investigação. Adoptámos, contudo, critérios o mais possível "extensivos", o que permitiu cobrir, de facto, 70% do universo total em Eiras-Casais (233 famílias — 762 pessoas) e 60% do universo total na Adémia (156 famílias — 533 pessoas). O erro de amostragem, devido ao tamanho da amostra, pode ser considerado absolutamente irrelevante.

As aldeias foram escolhidas por forma a serem representativas de todo o concelho, mas atendendo à possibilidade de transformação, excluíram-se as mais afastadas. Em Almalaguês (809 habitantes, 223 fogos), aldeia situada numa colina a 12 quilómetros da cidade, a população estava ainda ligada a modos de vida rural e só em ínfima parte se oferecia no mercado do trabalho urbano³. Os habitantes de Antanhol, Eiras e Adémia⁴, na orla da cintura urbana, em mais de metade dos casos ganhavam a vida trabalhando em fábricas e nos serviços em Coimbra. Muitos deles percorriam a pé os cinco ou seis quilómetros que os separavam da cidade, porque os salários que ganhavam eram tão baixos que não lhes permitiam suportar os custos nem dos transportes públicos nem de meios de transporte próprios, e complementavam as escassas receitas da indústria com actividades agrícolas de autoconsumo. O desenvolvimento da indústria baseava-se, precisamente, numa vasta oferta de força de trabalho barata, continuamente renovável, que não entrava apenas com o salário no cômputo dos custos de reprodução.

Em cada três famílias, duas viviam em casas decrépitas e insalubres: amontoavam-se em habitações de 1 ou 2 quartos, sem água, sem instalações sanitárias e, em muitos casos, até sem luz. Alimentavam-se pouco e mal. O analfabetismo atingia 90% nos escalões etários superiores.

Daqui para a frente, sempre que referimos Eiras, estamos a incluir também Casais de Eiras, e os dados apresentados dizem respeito ao conjunto das duas aldeias.

³ Os dados referidos dizem respeito à população abrangida pelo nosso inquérito, resultando pouco inferiores aos dados oficiais segundo os quais a população presente na aldeia de Almalaguês, na altura do recenseamento de 1970, era de 919 pessoas, no total de 259 famílias (CMC, 1984). Considere-se que os dados dos recenseamentos da população são publicados só a nível de freguesia; os relativos às aldeias encontram-se, em fichas manuscritas, no Arquivo do INE.

⁴ Antanhol esta situada a 6 Km de Coimbra; em 1971, viviam na aldeia 206 famílias, que perfaziam uma população de 702 indivíduos. Eiras e Adémia estão situadas, respectivamente, a 5 e 4 Km de Coimbra. Eiras (abrangendo também o lugar de Casais) tinha uma população de 1128 indivíduos (312 famílias) e a Adémia 968 indivíduos (262 famílias). Tal como para Almalaguês, os dados referem-se à população abrangida pelo nosso inquérito (cf. nota 2). Julgámos tais dados mais fidedignos do que os indicados pelas fontes oficiais que no caso de Antanhol, por exemplo, limitam a população presente na aldeia, na altura do recenseamento de 1970, somente a 291 indivíduos, no total de 87 famílias (CMC, 1984).

Estava em curso um processo de proletarização, ligado ao desenvolvimento industrial de Coimbra, que atraía um número cada vez maior de habitantes das aldeias das redondezas, criando inevitavelmente condições de concorrência entre os trabalhadores locais e um processo de pauperização cada vez mais acentado nas fileiras dos proletários. A cidade permanecia uma realidade estranha, com escasso poder de integração quer do ponto de vista cultural quer de comunicação.

Dez anos após a revolução de 25 de Abril de 1974, passada já a época das "rupturas" mais espectaculares, julgámos oportuno repetir a investigação efectuada anteriormente, para comparar a situação das vésperas da revolução com a que tinha surgido nos dez anos seguintes e averiguar de que maneira os habitantes tinham encarado e vivido a experiência daquela que, sem dúvida, pode ser definida como a maior revolução político-social do país.

Os resultados da análise permitiram construir um quadro completamente novo. As aldeias tinham sofrido um processo de profunda transformação das condições materiais de vida, apresentando evidentes características de uma integração na realidade urbana mais vasta. A rede viária, os meios de comunicação, a maior facilidade e continuidade das relações com a cidade, a satisfação das necessidades básicas, a abertura para novos modelos de consumo, a crescente escolarização das novas gerações foram os factores mais evidentes e significativos da mudança.

Estas transformações são resultado, num contexto político novo, do livre desenvolvimento de estratégias individuais em direcções diferentes: os habitantes de Almalaguês inseriam-se, cada vez mais, no mercado do trabalho da cidade, sem diminuírem, e intensificando até, as actividades de autoconsumo; os habitantes de Antanhol, Eiras e Adémia, embora continuassem a trabalhar por um salário, aproveitaram todas as novas vias de acesso a

actividades independentes e de autoconsumo.

O actual processo de desproletarização — através da diversificação das actividades económicas e da importância cada vez maior das actividades de autoconsumo — está na base dos êxitos obtidos e fomenta a consolidação duma crescente prosperidade dos habitantes. Queremos acrescentar que não se verifica nenhum dos sintomas de deterioração e de decadência do tecido económico e social que os indicadores macroeconómicos e político-administrativos fazem supor.

Utilizámos como obra de referência os dois volumes que reúnem as contribuições apresentadas num colóquio, realizado em Coimbra, sobre as transformações sociais ocorridas em Portugal nos dez subsequentes ao 25 de Abril, e que constituem a melhor síntese das análises e reflexões elaboradas sobre o tema⁵. Sob o ponto de vista político, as aspirações e os programas dos promotores da revolução falharam quanto aos efeitos macroscópicos: nunca se atingiu a terceira via para o socialismo, capaz de construir um modelo de sociedade alternativo aos das sociedades industriais avançadas do mundo capitalista ou aos modelos político-sociais das chamadas democracias populares.

Ao malgrado radicalismo desse projecto político juntou-se — numa relação de casualidade e consolidação recíproca — o fracasso do projecto de desenvolvimento económico que, no intuito dos seus iniciadores, deveria garantir a concretização dos ideais de transformação da vida e da sociedade portuguesa. A crise económica que o país atravessava dificultou o processo revolucionário e frustrou as expectativas de uma substancial melhoria do nível

⁵ Colóquio "Portugal 1974-1984...", vol. 1 (1985) e vol. 2 (1986).

social, económico e cultural da população⁶. A crise influenciou sobretudo, e negativamente, as políticas macroeconómicas de redistribuição seguidas pelos primeiros governos revolucionários a favor das classes trabalhadoras ou, em todo o caso, das classes mais desfavorecidas⁷; nos dez anos que se seguiram à revolução, as conquistas dos trabalhadores foram, sistematicamente, anuladas ou redimensionadas, regressando-se nalguns casos a níveis ainda piores do que anteriormente ao 25 de Abril⁸.

A análise do aspecto social proporciona-nos uma leitura diferente: estamos perante um quadro de vitalidade, movimento, mobilidade social e bem-estar generalizado (embora relativo) que contraria com o pessimismo infundido pelos indicadores macroeconómicos. Pode, assim, observar-se uma série de microalterações que tem a ver com uma forma diferente de relacionamento entre as pessoas e que é impossível transpor para o nível das grandes generalizações: está-se perante o resultado duma acumulação de microalterações políticas, económicas, sociais que se combinaram e

6. Após dez anos, todos os indicadores estatísticos demonstram que não houve crescimento a nível macroeconómico. O sistema produtivo é ineficiente e desarticulado; mostra uma instabilidade estrutural e uma debilidade intrínseca. Dois importantes indicadores do desenvolvimento, salários reais e investimentos produtivos, cresceram a ritmo lento. A dinâmica das exportações foi superada pelo crescimento das importações. Em particular, o país mostra maior dependência do exterior em três áreas decisivas: alimentação, energia, maquinarias e tecnologia. O défice com o exterior atinge quase dois terços do PIB (Silva, 1985: 269 ss.; Mateus, 1985: 281 ss.; Marques, 1985: 301 ss.).

7 Os meses que seguiram à revolução de 25 de Abril assinalaram a realização de profundas reformas estruturais da economia portuguesa, em sentido antimonopolista e antilatifundiário, e a aplicação generalizada de políticas de redistribuição interna de riqueza e de políticas de segurança social. Os salários duplicaram; foram aplicadas políticas de correcção das desigualdades salariais herdadas do salazarismo; o Estado Social português conheceu uma contínua ascensão e alargou os seus benefícios (em termos de garantias mínimas de subsistência, de saúde, de habitação, de educação, etc.) a todos os cidadãos (Silva, 1985: 271 ss.; Bessa, 1985: 330 ss.).

8 A inversão de tendência manifestou-se desde 1976-77. O Estado Social português conheceu uma significativa inversão de tendência, persistente e aparentemente estrutural. A inflação anulou os aumentos salariais. A desemprego não parou de crescer. A distribuição do rendimento entre os dois principais factores de produção, o capital e o trabalho, foi-se efectuando em nítido desfavor do segundo. As políticas de repartição do rendimento fortaleceram as desigualdades sociais e a concentração da riqueza: com perdas sucessivas do peso relativo das remunerações de trabalho nos rendimentos familiares, redução dos rendimentos reais de várias categorias sócio-profissionais, proeminência de fenómenos de "rentismo", expansão das economias paralelas, extensão e intensidade dos fenómenos de pauperização (Bessa, 1985: 337 ss.; Oliveira, 1985: 397 ss.; Silva, 1985: 289 ss.).

entrelaçaram e que só podem ser apreendidas no âmbito do tecido social que as apoiou e as permitiu.

Sem dúvida que as aspirações e os programas dos autores da revolução falharam nos efeitos macroscópicos pretendidos. No entanto, numa perspectiva de longo prazo e num nível "tópico", esses mesmos efeitos adquirem um sentido e uma relevância diferentes. Deu-se uma reviravolta política, um alargamento da democracia, que trouxe a irreversibilidade de alguns direitos (direito à greve, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, etc.), independentemente das vicissitudes nacionais. E as aberturas políticas permitiram que as pessoas, até então presas a uma rígida condição de classe, encontrassem soluções individuais; ofereceram novas possibilidades a pequenos grupos difusos que conduziram a uma redistribuição que nem sempre cabe dentro da contabilidade nacional; favoreceram uma nova forma de organização da vida económica (que não tem necessariamente uma relação com o progresso económico) que proporcionou às populações das aldeias aqui referidas um maior bem-estar.

Nos interstícios dos sistemas normativos, grupos e indivíduos aplicaram as suas próprias estratégias, aproveitando os novos espaços abertos, a eliminação de vínculos, todas as brechas que, sem as derrubar por completo, se foram abrindo nas estruturas do Estado salazarista, e todos os novos recursos que, embora de forma limitada e imperfeita, tinham agora ao dispor. As solidariedades familiares e parentais apoiaram e permitiram estes esforços, proporcionando meios e incentivos para melhorar a situação.

Mas vejamos, em concreto, como se articulou este processo, partindo da realidade dos anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril.

A aldeia camponesa de Almalaguês

Almalaguês era uma aldeia de camponeses que, em 71,8% dos casos,

cultivavam terras próprias ou arrendadas; em mais de metade dos casos, como as pequenas explorações agrícolas não proporcionavam o suficiente para viver, os camponeses eram obrigados a complementar os seus rendimentos vendendo a sua força de trabalho aos grandes proprietários ou exercendo outras actividades ligadas aos serviços e à indústria. A expansão urbana de Coimbra, pelo menos nos últimos vinte anos, oferecia oportunidades de trabalho mesmo às aldeias relativamente mais afastadas como Almalaguês. Nos últimos dez anos essas oportunidades multiplicaram-se, favorecendo, conforme nos indicam os dados que possuímos, as camadas mais jovens. Nos homens da faixa etária dos 46-65 anos a percentagem de operários era de 7,7%, na faixa etária dos 26-45 anos esse valor subia para 23,1% e na faixa etária dos 14-25 anos chegava a 45% (Quadro 1).

Embora o aumento da procura de mão-de-obra industrial e as novas oportunidades oferecidas pelo mercado tivessem indiscutivelmente modificado a composição dos rendimentos das famílias dos trabalhadores, ou seja, alterado a proporção entre as verbas correspondentes à exploração da terra e ao trabalho assalariado, a situação nunca chegou a inverter-se completamente. A agricultura para o autoconsumo continuava a representar uma importante fonte no conjunto dos rendimentos das famílias. A situação mais comum nos agregados familiares (89,2% do total) era uma situação "mista" e, dessa maioria, em 89,9% dos casos, uma parte das receitas era constituída pelos rendimentos de autoconsumo. Os agregados familiares proletarizados, isto é, aqueles cujos rendimentos provinham unicamente de actividades assalariadas, não ultrapassavam os 10,8% (Quadro 7).

A estrutura produtiva de Coimbra, ainda fraca e pouco competitiva, baseava o seu desenvolvimento precisamente na existência de mão-de-obra disponível e no seu baixo custo; o trabalhador não só podia ser despedido em alturas de crise, como até quando vendia o seu trabalho em troca dum salário se

via obrigado a fazê-lo por um preço tão baixo que tinha necessidade de cobrir os seus custos de reprodução com o trabalho realizado no âmbito do agregado familiar.

A terra continuava portanto a ser um recurso vital na gestão da economia doméstica: os filhos, embora fossem levados a procurar novas saídas na indústria, consideravam indispensável o suporte da agricultura, quando constituíam a sua própria família. O sistema de transmissão hereditária, que estabelecia a subdivisão dos bens possuídos em partes iguais entre todos os filhos, sem distinguir entre varões e mulheres, favorecia o fraccionamento progressivo da propriedade, à medida que as gerações se sucediam. Por conseguinte, a necessidade de salvaguardar uma relação com a terra impunha que se evitasse a sua fragmentação além de certos limites. As famílias (graças à expansão do trabalho assalariado) ficavam menos condicionadas pela necessidade de conter a formação de novos núcleos familiares limitando os casamentos, mas aplicavam outros critérios correctivos. Podiam investir as poupanças do trabalho industrial na compra de novas parcelas de terra, resultantes do fraccionamento de propriedades fundiárias maiores; embora a área de recrutamento dos cônjuges fosse mais vasta do que a área limitada de trinta ou quarenta anos antes, continuavam a adoptar políticas matrimoniais estritamente endogâmicas; dos casamentos contraídos na década de 1965-1974, os casos em que ambos os cônjuges pertenciam à freguesia representavam 69,1% do total, e como em 17,3% dos casos um dos cônjuges provinha de outra freguesia, geralmente limítrofe, podemos considerar que os casamentos endogâmicos ultrapassavam os 85%. Também as mulheres, que concorriam à herança com os mesmos direitos dos filhos varões, com o casamento levavam, mais cedo ou mais tarde, para a família do marido, a sua quota da herança. As famílias da camada média-superior aplicavam elementos correctivos ao princípio da rígida divisão igual, adoptando critérios de "partilha

preferencial" (um filho recebia um quinhão maior e melhor do património, outros recebiam uma compensação em dinheiro, etc.)⁹. Mas o que é importante é que os filhos que herdavam uma propriedade indivisa, o que acontecia com frequência, mantinham-na geralmente intacta durante sucessivas gerações: dessa forma a terra ficava sujeita a um controlo e a uma circulação contínua entre parentes.

As famílias de Almalaguês completavam os rendimentos agrícolas e os salários com as receitas da tecelagem executada em casa. A tecelagem era uma especialização exclusivamente feminina, que se transmitia de geração em geração; as tecedeiras constituíam 71,9% da população feminina activa (Quadro 2). Até as mulheres que se declaravam domésticas dedicavam-se esporadicamente — ou já o tinham feito no passado — à tecelagem. A fragmentação enorme da tecelagem executada em casa pode explicar-se tendo em conta as suas características fundamentais: uma produtividade muito baixa e, por conseguinte, um nível quase irrisório de lucros. As tecedeiras viam-se, assim, obrigadas a complementar o trabalho de tear com outras receitas e de facto, na quase totalidade dos casos, executavam concomitantemente trabalhos agrícolas. O próprio ritmo sazonal da tecelagem era determinado pelo ritmo dos trabalhos do campo: no inverno a tecedeira trabalhava ao tear e nos meses mais suaves abandonava-o para se dedicar às fainas agrícolas. A extraordinária fragmentação do trabalho de tecelagem devia-se, também, à dificuldade das trabalhadoras organizarem uma resposta suficientemente sólida às exigências do mercado. Com efeito, apesar de as tecedeiras serem numerosíssimas, o controlo dos canais de comercialização estava nas mãos de apenas umas quantas, as chamadas *intermediárias*. Por um lado, é verdade que a tecedeira não trabalhava só por conta da intermediária, pois podia vender uma parte da

⁹ Acerca do princípio de "partilha preferencial", cf. Berkner e Mendels, 1977, 219 ss.

sua obra directamente aos clientes ocasionalmente vindos da cidade ou a algum cliente habitual do campo, no entanto tratava-se sempre de quantidades muito limitadas. De facto, as intermediárias geriam as relações externas da comunidade quanto à venda dos produtos e procuravam manter e abrir novos canais de comercialização em Coimbra, noutras aldeias do distrito e até mais longe.

O trabalho assalariado absorvia apenas uma parcela irrelevante da mão-de-obra feminina: as operárias representavam só 1,1% (Quadro 2), todas elas jovens e solteiras. A fábrica, devido à distância de casa e ao horário rigoroso, não podia conciliar-se nem com o papel familiar nem com o papel produtivo da mulher de Almalaguês. Esta só podia dedicar-se à tecelagem se a executasse em casa, pois só assim podia cuidar simultanea e/ou alternativamente dos trabalhos domésticos e da lavoura. O trabalho de tecelagem das mulheres era fundamental para o equilíbrio familiar e pode interpretar-se como expressão (entre outras) do condicionamento que a cultura social exercia nos modelos de emprego feminino, e também como uma estratégia de resistência da comunidade perante o processo de desagregação induzido pelo desenvolvimento industrial. Por outras palavras, a condição operária da mulher não podia vingar por ser incompatível com o funcionamento da economia doméstica, cuja actividade central continuava a ser a agricultura.

As aldeias operárias de Antanhol, Eiras e Adémia

Vamos tratar agora das aldeias operárias da cintura urbana de Coimbra — Antanhol, Eiras e Adémia — procurando esboçar as linhas do outro modelo evolutivo que estava a vingar ligado à expansão industrial.

As actividades assalariadas tinham uma importância cada vez maior em comparação com as actividades de autoconsumo: mais de metade da

população, masculina e feminina, trabalhava na indústria ou nos serviços. Os operários constituíam 60,9% da população activa masculina em Antanhol, 47,2% em Eiras e 48,1% na Adémia; os assalariados nos serviços constituíam 12,5% em Antanhol, 24,6% em Eiras e 22,5% na Adémia (Quadro 1). As operárias constituíam 37,2% da população feminina activa em Antanhol, 66,7% em Eiras e 52,0% na Adémia; as mulheres assalariadas nos serviços constituíam 16,8% em Antanhol, 6,2% em Eiras e 21,6% na Adémia (Quadro 2).

A economia prevalecente nas famílias era, já então, do tipo assalariado. Os agregados familiares "proletários", aqueles cuja única fonte de rendimento era o salário (que em Almalaguês constituíam 10,8%), em Eiras constituíam 61,5%, na Adémia 66,0%, e até em Antanhol, onde a tradição do trabalho independente era mais persistente, os agregados familiares "proletários" constituíam 43,2% (Quadro 7). Nem sequer eram proprietários da casa onde habitavam. Em Antanhol 62,6% das famílias ainda viviam em casas próprias, mas em Eiras 54,8% e na Adémia 56,1% viviam em casas de aluguer, verdadeiros casebres que os proprietários arrendavam por 600-700 escudos por mês, ou seja, um terço do salário dum operário.

A proletarização não era um processo que avançasse sem obstáculos. O salário era tão baixo que não podia constituir fonte exclusiva de sustento. Os trabalhadores faziam todos os esforços para diversificarem a sua actividade para além do emprego na fábrica, começando por tentar conservar uma relação com a terra. A preocupação constante dos agregados familiares era garantir um equilíbrio entre os vários recursos, estabelecendo a partir daí a divisão interna das funções. O processo de abandono dos trabalhos agrícolas por parte das mulheres não era linear como o dos homens: enquanto a percentagem da mão-de-obra masculina na agricultura diminuía com a idade, a mão-de-obra

feminina tendia a substituí-la e a complementá-la¹⁰. A relação com a terra estava, assim, salvaguardada por meio de uma modificação da divisão do trabalho na família, uma alteração que obrigara as mulheres a intensificarem as actividades agrícolas¹¹. As mulheres trabalhavam na fábrica enquanto solteiras e, depois do casamento e do nascimento dos filhos, deixavam o trabalho para se dedicarem, além das tarefas domésticas, à horta e aos animais¹².

Entre as mulheres casadas, só uma escassa percentagem desempenhava uma actividade a tempo inteiro fora de casa (19,8% em Antanol, 17,7% em Eiras e 22,7% na Adémia), ao passo que a maioria eram domésticas (30,2% em Antanol, 48,4% em Eiras e 51,5% na Adémia) (Quadro 3)¹³.

¹⁰ Os trabalhadores agrícolas concentravam-se nas faixas etárias mais elevadas: se considerarmos a população activa masculina, veremos que 35,7% eram homens de mais de 65 anos de idade em Antanol, 62,5% em Eiras, e 16,0% na Adémia; entre os homens de idade compreendida entre os 26 e 45 anos, a percentagem era somente de 6,1% em Antanol, 2,2% em Eiras, e 3,3% na Adémia; e enfim, entre os homens de idade compreendida entre os 14 e os 25 anos, não havia nenhum trabalhador agrícola nem em Antanol, nem em Eiras, e somente 3,5% na Adémia (Quadro1). A mesma tendência, mas menos linear, revela-se entre a população activa feminina. Das mulheres de mais de 75 anos de idade, as trabalhadoras agrícolas constituíam 44,4% em Antanol, 66,7% em Eiras, 50,0% na Adémia; entre as mulheres de idade compreendida entre os 46 e 65 anos, as trabalhadoras agrícolas constituíam 46,0% em Antanol, 20,8% em Eiras, mas somente 8,3% na Adémia; entre as mulheres de idade compreendida entre 14 e 25 anos, constituíam 2,3% em Antanol, 1,5% em Eiras, e nenhuma na Adémia (Quadro 2).

¹¹ As mulheres empregadas em actividades a tempo parcial ou em actividades independentes (agrícolas, em 90% dos casos) constituíam 49,4% em Antanol, 31,1% em Eiras e 24,5% na Adémia (Quadro 3). Tratava-se de mulheres de operários ou assalariados nos serviços em 52,9% dos casos em Antanol, 51,8% na Adémia e 58,2% em Eiras.

¹² Estes dados são confirmados pela análise do emprego por grupos etários: entre as mulheres do primeiro grupo etário (14-25 anos), geralmente solteiras ou recém-casadas sem filhos, a percentagem de operárias atingia o nível mais elevado: 59,1% em Antanol, 84,1% em Eiras e 63,5% na Adémia (ao passo que nos grupos etários sucessivos baixava, respectivamente, para 38,3% e 18,9% em Antanol; para 58,3% em Eiras; para 45,7 e 33,4% na Adémia) (Quadro2).

¹³ A tendência para manter uma relação com a terra era comum a todas as famílias, mas cada uma resolvia-a de modo diverso. Se a responsabilidade de cuidar dos campos era, geralmente, transferida para as mulheres, a divisão do trabalho no interior da família podia ter uma configuração diversa: em alguns casos, eram as mulheres que continuavam a trabalhar na fábrica, enquanto os homens, após alguns anos de trabalho na cidade, voltavam a dedicar-se a tempo inteiro à agricultura. Ou ainda, numa família extensa, a nora podia manter o seu trabalho na fabrica porque a sogra se ocupava dos campos: a percentagem de trabalhadoras a tempo inteiro na cidade era mais elevada nas famílias extensas (20% em Antanol, 30,6% em Eiras, e 34,5% na Adémia) do que nas famílias nucleares (17,9% em Antanol, 14,9% em Eiras e 20% na Adémia) (Quadro 3).

A relação com a terra e o autoconsumo eram o principal meio de diversificação dos rendimentos, embora não fossem o único. Uma segunda estratégia destinada a garantir rendimentos distintos, quanto à sua proveniência, visava o aproveitamento de oportunidades de trabalho em casa, para além do trabalho estável da fábrica. Finalmente, o terceiro meio de resistência contra a dependência exclusiva do salário consistia em exercer uma actividade comercial: eram sobretudo os "forasteiros" quem conhecia os meios para obter um êxito um rápido e pode observar-se a grande influência das mulheres na vida do comércio: com efeito, as iniciativas neste campo eram prevalentemente, quando não exclusivamente, femininas.

Todas estas estratégias conferiam um novo perfil aos agregados familiares. Os "mistos", que além do salário podiam contar com rendimentos de capital e de autoconsumo constituíam, em Antanho, 56,8%. Em Eiras e na Adémia, onde a economia familiar baseada no salário tinha maior difusão, os agregados familiares "mistos" constituíam, respectivamente, 38,5% e 34,0% (Quadro 7).

As estratégias de defesa contra a dependência exclusiva do salário concretizavam-se em práticas familiares cuja condição básica continuava a ser a coesão entre as componentes. Em primeiro lugar, havia a colaboração entre cônjuges. Toda a actividade independente se baseava tanto no trabalho da mulher como no do marido. As actividades exercidas por homens e mulheres, por muito diferentes que fossem os papéis, eram complementares. As mulheres dos artífices especializados, que exerciam a sua actividade em casa, normalmente ajudavam o marido dividindo o trabalho. Também o comércio e todas as actividades ambulantes e de transporte de mercadorias eram exercidas conjuntamente por marido e mulher. E, naturalmente, quando as crianças já soubessem andar, participavam em todos os aspectos da actividade dos adultos.

Em segundo lugar, procurava-se preservar a estrutura extensa da família, que permitia concretizar estratégias de diferenciação produtiva mais amplas do que as da família nuclear. É verdade que as redes da cooperação entre famílias se estendiam muito para além dos limites do restrito núcleo co-residente, mas parecia haver ainda alguma relação entre a estrutura do agregado familiar e as possibilidades de diversificação económica: nas famílias com rendimento "misto" a tipologia extensa apresentava uma percentagem maior em comparação com as famílias com rendimento proveniente do salário (em Antanho, os valores eram, respectivamente, 23,1% e 14,6%; em Eiras, 17,5% e 14,6%; na Adémia, 12,4% e 10,4%) (Quadro 4).

Em terceiro lugar, as famílias proprietárias procuravam realizar estratégias de "partilha preferencial" para contrariar a tendência para o fraccionamento das propriedades fundiárias devido à sucessão hereditária (que, tal como em Almalaguês, previa a partilha dos bens possuídos em partes iguais entre todos os filhos, sem distinção entre varões e mulheres). Finalmente, procurava-se realizar estratégias de controlo demográfico, reduzindo a taxa de formação de novos núcleos e, portanto, da taxa dos nascimentos¹⁴.

Tais estratégias de controlo económico e demográfico encontravam todavia margens de manobra cada vez mais reduzidas dentro do contexto das alterações em curso, e só podiam ser aplicadas pela restrita faixa das famílias da classe média-superior. As pressões externas e as exigências do mundo do trabalho introduziam, na unidade familiar, elementos de desequilíbrio que lhe deterioravam progressivamente a coesão interna e a autonomia económica. O primeiro elemento de desequilíbrio era constituído pela forte e constante

¹⁴ Tudo isto se reflectia na curva da idade para o casamento: proprietários, artesãos, comerciantes e empregados casavam-se numa idade mais avançada do que os operários e tinham um número inferior de filhos. Não temos dados a este respeito, mas todos os testemunhos levam a supor uma taxa mais elevada de solteiros entre as famílias das camadas superiores do que nas das camadas inferiores.

imigração de trabalhadores vindos de outras zonas do país; esta imigração mantinha, até nos períodos de ponta do trabalho industrial, condições de desemprego entre os trabalhadores locais e, deste modo, alimentava a sua mobilidade e a concorrência interna. Em Almalaguês a quase totalidade da população nascera e vivera na aldeia, mas as três aldeias da cintura urbana de Coimbra conheceram toda a espécie de alterações demográficas, devidas ao afluxo contínuo de recém-chegados. Em Antanhol 43% da população nascera fora da aldeia, na Adémia 40,3% e em Eiras 21,5%, embora esta aldeia apresentasse um perfil demográfico mais estável. O número de homens "novos" aumentava constantemente: em Antanhol, 29,5% da população vivia na aldeia havia menos de dez anos, na Adémia 28,9% e em Eiras 10,6%. Em geral, os imigrados chegavam às aldeias vindos de zonas relativamente próximas e de acesso fácil, movendo-se, dentro do concelho ou do distrito, do campo para a cidade de Coimbra, graças à possibilidade de pôr em acção relações particulares. Outros, sem terra e sem laços estáveis, deslocavam-se dentro de espaços muito mais amplos, obedecendo aos ritmos mutáveis da conjuntura, indo atrás de novas possibilidades de trabalho onde quer que se apresentassem, plenamente dispostos a voltar para trás ou a mudar de direcção assim que as circunstâncias do mercado deixassem de ser favoráveis. Os primeiros eram, de longe, os mais numerosos em Antanhol e Eiras, os segundos na Adémia: a alcunha de "paraquedistas" que se aplicava a estes últimos não só sublinhava a sua instabilidade residencial como também constituía um reconhecimento explícito do facto de se tratar de pessoas estranhas à população local. Muitos dos imigrados temporários acabavam por se tornar residentes estáveis, procurando nesse caso uma relação com a terra e exercendo pressão sobre um recurso que, em relação à população, já se encontrava em equilíbrio precário.

Tais processos, juntamente com os impulsos de concentração e

exploração da propriedade agrícola e da indústria, tornavam difícil manter unidos as componentes da família em volta dum projecto económico comum e, favorecendo a sua autonomização, tendiam antes a dispersá-las no mercado do trabalho urbano. Em grande parte dos núcleos, já então a tendência para o fraccionamento da propriedade fundiária, através da sucessão hereditária, procedia sem obstáculos: os filhos, que geralmente procuravam a sua própria actividade económica independente, recebiam um quinhão da propriedade dos pais e, ao casar, iam estabelecer-se por conta própria. E a divisão ilimitada da terra, não havendo a possibilidade de pôr em acção mecanismos que a contrariassem, reduzia, até as aniquilar, as possibilidades de satisfazer as necessidades de autoconsumo das famílias. Já nessa altura, duas em cada dez famílias não possuíam mais de que uma horta, e cinco em cada dez não possuíam sequer a horta.

Os comportamentos demográficos reflectiam e, por sua vez, condicionavam as transformações então em curso. A média de idade para o casamento tendia a baixar tanto para os homens como para as mulheres, e as novas orientações nas estratégias matrimoniais evidenciavam uma redução dos casamentos consanguíneos e da taxa de casamentos entre habitantes do mesmo núcleo habitacional (*endogamia residenziale*). Aponte-se, pelo menos, uma parte dos dados mais significativos. Dos casamentos da década de 1921-1930, quase 80% foram celebrados entre pessoas residentes na mesma freguesia e, na maioria dos casos, os cônjuges pertenciam à mesma aldeia: 47,3% dos casos em Antanhol, 62,2% em Eiras e 55,6% na Adémia. Na década de 1965-1974 os casamentos celebrados entre residentes na mesma freguesia baixam para 64,6%, em Antanhol, e resumem-se a 40,4%, em Eiras, e 41,8%, na Adémia; os cônjuges pertencentes à mesma aldeia representam apenas 36,5% em Antanhol, 31,5% em Eiras e 31,6% na Adémia.

As pressões e os obstáculos contra a subdivisão aumentavam e criavam

situações que aprofundavam e intensificavam os processos de pauperização. Quando o salário do chefe da família não garantia a subsistência, até os agregados familiares proletários adoptavam estratégias de agregação dos rendimentos comuns; o trabalho das mulheres e dos filhos era necessário e havia expectativas específicas neste sentido. Mas, de acordo com os ciclos da família, havia uma fase crucial que coincidia com o nascimento dos filhos (quando faltava a contribuição das mulheres que eram obrigadas a deixar de trabalhar justamente numa altura em que os encargos económicos da família aumentavam) e que se agravava até ao momento em que o filho mais velho ingressava no mundo do trabalho. Era nessa fase que o marido podia ser levado a emigrar ou que se manifestavam e acentuavam os processos de pauperização.

DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Os habitantes de Almalaguês e as novas actividades assalariadas

Vejam agora como se modificaram as estratégias de vida e de trabalho dos habitantes dessas quatro aldeias, no quadro das alterações que políticas ocorridas nos dez anos que se seguiram à revolução de Abril.

Os habitantes de Almalaguês aproveitaram todas as oportunidades que o mercado oferecia para ganhar um salário, isto é, para terem uma garantia de subsistência além das actividades de autoconsumo. Inseriram-se em número cada vez maior no mercado do trabalho urbano.

A percentagem de trabalhadores agrícolas no total da população masculina activa, entre 1971 e 1986, diminuiu drasticamente (desceu de 49,8% para 16,6%), ao passo que a percentagem de operários e trabalhadores assalariados nos serviços atingiu quase o dobro e a percentagem dos empregados aumentou dez vezes, subindo de 1,3% para 11,1% (Quadros 1 e 5).

Também as mulheres entraram cada vez mais na produção que se desenvolve no centro e puderam seguir novos percursos de emprego. A percentagem de operárias no total da população activa feminina subiu de 1,1% para 6,8%; a percentagem das assalariadas, de 3,4% para 4,7%; as empregadas, ausentes no levantamento anterior, representam 7,4% (Quadros 2 e 6).

A entrada do camponês no trabalho dependente não implicou, de forma alguma, que abandonasse as actividades de autoconsumo. Quer fosse empregado de nível superior ou inferior, quer fosse operário simples ou qualificado, a par do trabalho dependente continuava a trabalhar na terra. Entre as oportunidades oferecidas pelo mercado, e sempre que pôde, privilegiou os empregos que melhor se coadunassem com o duplo trabalho: bombeiro, empregado dos correios, porteiro, guarda de prisional, etc. Estas opções tornaram-se possíveis graças a uma sólida tradição familiar e comunitária em virtude da qual alguns empregos (o de bombeiro é significativo) se tornaram "coutada" desta aldeia.

A dependência mais acentuada do mercado do trabalho não implicou nenhum redimensionamento das actividades de autoconsumo, antes pelo contrário, desencadeou um movimento de sentido oposto: actuou como suporte das actividades autónomas e iniciativas independentes, e consolidou as bases da segurança económica das famílias proprietárias de casa e terras. Os agregados familiares "proletários" diminuíram de 10,8% em 1971, para 6,9%, em 1986. Os agregados familiares "mistos" que contam para o seu rendimento não só com os salários, mas também com as receitas das actividades independentes e de autoconsumo aumentaram de 89,2% para 93,1% (Quadro 7).

Quais os mecanismos que proporcionaram às famílias maior acesso à propriedade da terra? A maior redistribuição das terras é, em parte, uma

consequência das normas de transmissão hereditária que tendem a favorecer a fragmentação progressiva das pequenas parcelas com o decorrer das gerações. Mas a difusão da pequena propriedade fundiária é também a consequência duma circulação mais intensa da terra que se tornou acessível a um maior número de famílias. O mercado da terra, apesar de ter sido sempre activo, intensificou-se ainda mais nos anos imediatamente posteriores à revolução: de 280 compras e vendas de terrenos nos seis anos anteriores à revolução (1969-1974), passou-se para 367 nos seis anos subsequentes (1975-1980), voltando-se depois aos níveis primitivos (257 compras e vendas no período 1981-1986). O mesmo aconteceu com as heranças e as doações: as 117 dos seis anos anteriores à revolução subiram para 194 nos seis anos subsequentes, para depois se estabilizarem novamente, tal como as compras e vendas, nos primitivos níveis (131 entre 1981 e 1986)¹⁵.

Uma grande parte das compras e vendas, como de costume, diz respeito a pequeníssimas parcelas de terra que circulam no âmbito dos grupos parentais e de vizinhos (expressão de lógicas de emergência e/ou de emparcelamento); mas há também parcelas que resultavam de uma crescente subdivisão de propriedades agrícolas maiores; além disso, algumas famílias chegaram a comprar pequenas parcelas fora dos limites administrativos da freguesia.

Naturalmente a maior difusão da pequena propriedade tornou necessário evitar, mais do que antes, a excessiva fragmentação; esta exigência reflecte-se numa série de mecanismos de gestão familiar cujas variações distinguem os comportamentos dos grupos e indivíduos dos diferentes estratos. Em primeiro lugar, tal como dantes e sobretudo nas famílias da camada média-superior,

¹⁵ As transacções de bens imóveis estão registadas a partir de 1969 (ano de constituição dum novo cadastro) para os prédios rústicos e a partir de 1939 para os prédios urbanos. Os prédios rústicos recenseados na freguesia de Almalaguês são 9627. Foram tomadas em consideração as compras e vendas relativas a todos prédios rústicos recenseados, mas as heranças e doações só foram tomadas em conta relativamente aos primeiros 5950.

adoptam-se estratégias de "partilha preferencial"; em segundo lugar, põem-se em acção lógicas de emparcelamento; em terceiro lugar, mantém-se a propriedade indivisa entre irmãos, o que garante o uso e a circulação da terra no âmbito do grupo parental; finalmente, apesar de a média da idade para o casamento, quer de homens quer de mulheres, estar a baixar, privilegiam-se estratégias de casamentos entre habitantes do mesmo núcleo habitacional (*endogamia residenziale*). Com efeito, apesar duma ligeira expansão do mercado matrimonial, a procura de esposa continua a fazer-se no âmbito da unidade residencial: 65% dos casamentos celebrados na década de 1975-1984 efectuaram-se entre pessoas residentes nos limites administrativos da freguesia e 32,6% entre habitantes da mesma aldeia.

A tecedeira continua a ser a figura central que permite o funcionamento duma economia deste tipo. Representa o elo de ligação entre o ciclo industrial e o ciclo agrícola, exprimindo a continuidade da família como unidade de trabalho. Com efeito, a mobilidade "externa", que encaminhou para a produção, no centro, cerca de 80% da população activa masculina, envolveu em menor escalas as mulheres (sobretudo as solteiras), que continuaram a desempenhar o seu papel produtivo em casa. As tecedeiras representam 64,2% da população activa feminina, tendo diminuído pouco em relação aos 71,9% do levantamento anterior (Quadros 2 e 6).

O mundo da tecelagem parece não ter sofrido nenhuma alteração. O trabalho de tear continua a fazer-se em casa de quem o executa, nos mesmos espaços, com os mesmos instrumentos de trabalho, sem nenhuma modernização técnica nem organizativa da produção. As tecedeiras continuam a alternar o trabalho do tear com o trabalho agrícola e com todas as outras tarefas inerentes à vida familiar. Trabalham sobretudo por encomenda, para as intermediárias; o número destas aumentou (7-8) e todas elas são da aldeia. As únicas modificações que é possível encontrar no mundo da tecelagem dizem

respeito qualidade dos produtos, que hoje é melhor, e aos circuitos de comercialização: o mercado expandiu-se e exige produtos de qualidade superior. Todos os progressos da tecelagem reforçaram os circuitos da intermediação quer da comercialização dos produtos quer do controlo directo da qualidade da produção na fase da techedura.

As tecedeiras, embora algumas delas e sobretudo as mais novas apresentem uma atracção mais acentuada pela fábrica, não estão dispostas a renunciar aos seus hábitos de trabalho extremamente livres, adquiridos em casa, nem às margens de autonomia na organização do seu tempo de trabalho que lhes permitem simultaneamente, conforme as necessidades, cuidar da família e da lavoura. Parecem ter interiorizado um modelo de actividade que mal se consegue harmonizar com o modelo proposto pela indústria. Algumas dificuldades objectivas do mercado do trabalho juntam-se, portanto, às formas de resistência subjectivas das trabalhadoras que continuam como dantes a dedicar-se à tecelagem em casa e a todas as outras actividades que julgam essenciais para o equilíbrio da família. Desta maneira representam a principal garantia de continuidade dos princípios básicos tradicionais em que estavam moldados os papéis de trabalho familiares; garantem a coesão interna do núcleo e proporcionam a principal garantia de estabilidade e segurança capaz de o proteger contra uma dispersão excessiva.

Os operários de Antanho, Eiras e Adémia intensificam as actividades independentes

As transformações das aldeias operárias representam o reverso das que se verificaram em Almalaguês. Os operários tornam-se pequenos proprietários e produtores independentes, intensificam as estratégias de diversificação económica baseadas na compra de terra e no exercício de uma actividade

independente.

Esta tendência pode ser facilmente interpretada como a resposta "espontânea" às novas formas de rigidez do mercado do emprego que atingem todas as categorias operárias. Em termos humanos, a crise económica, a seguir à revolução de Abril, representou desemprego, despedimentos, salários em atraso, contratos a prazo, mas não só isso. As componentes tecnológicas das transformações em curso no mundo da produção reduziram sensivelmente a percentagem dos trabalhadores de que a indústria precisa para a produção de bens. A percentagem de operários na população activa masculina, entre 1971 e 1986, baixou em todas as aldeias: em Antanhol passou de 60,9% para 37,7%, em Eiras de 47,2% para 44,2% e também na Adémia, embora aqui a descida seja imperceptível, de 48,1% para 47,8% (Quadros 1 e 5).

A diminuição dos operários não teve influência significativa na taxa da população activa que permaneceu quase inalterada¹⁶ e, sobretudo, não significa um redimensionamento dos trabalhadores que recebem um rendimento fixo no mercado do trabalho. Com efeito, no decurso dos últimos quinze anos, eles continuaram a representar uma parcela relativamente constante da população e uma percentagem sempre crescente da força de trabalho global¹⁷; a diminuição dos homens foi, em grande parte, compensada por um aumento

¹⁶ A taxa da população activa, no total da população com mais de 14 anos, entre 1971 e 1986 permaneceu sem alteração em Eiras e na Adémia (respectivamente 54,8% e 54,9%, 55,8% e 55,0%), enquanto diminuiu em Antanhol (de 65,4% para 49,4%); contudo, neste último caso a redução é mais aparente do que real devido à presença acentuada, tal como em Almalaguês (onde a taxa da população activa baixou de 70% para 62%), de trabalhadores empregados e subempregados que, no segundo levantamento de 1986, figuram em categorias diferentes (reformados, estudantes, etc.).

¹⁷ Com efeito os trabalhadores dependentes, no total da população com mais de 14 anos, aumentaram em Eiras de 44,9% para 45,7% e na Adémia de 42,7% para 45,7%, enquanto sofreram uma ligeira diminuição em Antanhol, onde baixaram de 45,8% para 41,0%. No total da população activa ocupada houve uma subida em todas as aldeias: de 70,1% para 83,1% em Antanhol, de 82,0% para 83,2% em Eiras e de 76,5% para 83,2% na Adémia.

das mulheres¹⁸ e, em geral, a diminuição deve ser analisada em relação ao aumento do nível de escolarização, que atrasou a entrada dos mais novos no mercado do trabalho, e ao sistema de reforma, que acelerou a saída dos trabalhadores mais velhos.

Assistimos simplesmente a uma alteração no quadro das actividades exercidas: enquanto a percentagem dos operários diminui, cresce a percentagem dos trabalhadores empregados nos serviços, na distribuição e coordenação; aparecem também alguns empregados com formação profissional, técnica ou comercial e com um diploma de estudos superiores. O sector dos empregados foi o que registou o maior aumento: a percentagem de empregados na população activa masculina subiu em Antanhol de 6,8% em 1971, para 32,1% em 1985, em Eiras de 11,2% para 24,3% e na Adémia de 6,1% para 25,7% (Quadros 1 e 5). Entre as mulheres o aumento foi ainda mais flagrante: a percentagem de empregadas na população activa feminina aumentou em Antanhol de 0,7% para 33,7%, em Eiras de 6,9% para 19,5% e na Adémia de 2,4% para 18,9% (Quadros 2 e 6). A escolarização foi o elemento crucial que permitiu implantar estratégias mais complexas de mobilidade social¹⁹.

Quer tenha um salário ou um ordenado, quer desempenhe um tarefa simples na fábrica ou uma função de superior, o trabalhador, em vez de cortar todos os vínculos com a actividade independente e passar a depender

¹⁸ A proporção das mulheres na população activa global, entre 1971 e 1986, subiu, passando em Eiras de 30,9% para 38,3% e na Adémia de 32,3% para 39,8%; em Antanhol diminuiu ligeiramente, de 39,8% para 34,7%. A proporção de mulheres, na população activa, que desempenha uma actividade dependente subiu em todas as aldeias: de 31,1% para 36,4% em Antanhol, de 30,1% para 37,1% em Eiras e de 32,1% para 39,4% na Adémia.

¹⁹ Há quinze anos as aldeias tinham uma taxa de analfabetismo pelo menos de 20% entre os homens e de 40% entre as mulheres. O analfabetismo atingia picos acima de 90% na população feminina das classes etárias mais idosas. Hoje em dia, pelo menos nas classes etárias mais novas, todos sabem ler e escrever. Quase metade possui as habilitações mínimas e pelo menos um terço frequentou mais alguns anos além da escola obrigatória. Finalmente uma percentagem mínima, mas significativa, acabou os estudos secundários ou superiores.

exclusivamente da empresa onde trabalha, seguiu uma política activa de sinal contrário, exercendo um sem número de actividades independentes. Já vimos que, há quinze anos, a política de diversificação produtiva constituía a estratégia principal através da qual as famílias operárias procuravam não descer abaixo dos níveis mínimos de subsistência. Hoje em dia, conforme veremos, encontram-se em condições mais favoráveis para seguir uma política análoga.

As estratégias de diversificação económica dividem-se, essencialmente, em dois tipos: as actividades de autoconsumo ligadas à propriedade agrícola e as iniciativas comerciais e empresariais. Vamos considerá-las separadamente e veremos como se entrelaçam e se complementam reciprocamente.

Em todas as aldeias assistimos a uma progressiva e ininterrupta consolidação da pequena propriedade independente. Eiras é particularmente significativa neste sentido: aqui, mais de metade da terra estava nas mãos de cinco ou seis grandes proprietários que a subdividiam em lotes destinados a arrendamento; quanto ao resto, ao lado duma grande empresa capitalista, havia uma camada muito limitada de produtores independentes, que muitas vezes forneciam mão-de-obra às empresas maiores. Em quinze anos, os proprietários agrícolas desapareceram e os pequenos produtores independentes passaram a mais do dobro.

Esta transformação não resultou de qualquer intervenção "externa" (não houve, nesta zona, acções organizadas de ocupação das terras, nem nenhuma intervenção da reforma agrária)²⁰; tratou-se mais de uma "revolução" silenciosa, surgida espontaneamente "da base". No clima revolucionário, os proprietários começaram a ceder, por baixo preço, casas e terrenos, preferindo um

²⁰ A Reforma agrária actuou em grande escala nos distritos do Alentejo (Beja, Évora e Portalegre) dominados pelos grandes latifúndios capitalistas, onde 70% da população, antes do 25 de Abril, era constituída por jornaleiros sem terra. Aí, na onda da revolução, desenvolveram-se os maiores movimentos de luta e ocupação de terras do país.

pagamento imediato, por mínimo que fosse, às indemnizações incertas dos governos revolucionários. As vendas de terrenos, nos seis anos que se seguiram à revolução, subiram vertiginosamente: 20% em Eiras, acima de 100% na Adémia²¹. O mesmo aconteceu com heranças e doações, embora com um ritmo mais intermitente e descontínuo²². Assim, entre compras e vendas, heranças e doações, o sonho de ser proprietário de uma terra, nem que fossem poucos hectares, tornou-se realidade para muitas famílias. Há quinze anos, em Eiras e na Adémia, só um terço das famílias cultivavam uma horta e/ou campos; hoje em dia, são mais de metade. Também em Antanhol, onde já estavam amplamente representados, o número dos pequenos produtores independentes cresceu de então para cá. Em particular, os que cultivavam apenas uma horta eram 5,1% em Eiras e 7,6% na Adémia; os que cultivavam campos eram 27,6% em Eiras, e 29,4% na Adémia. Presentemente os que cultivam uma horta são 4,7% em Eiras e 5,8% na Adémia, mas os que cultivam terrenos maiores são 46,8% em Eiras e 40,4% na Adémia. Em Antanhol os que cultivam uma horta subiram de 30,6% para 35,6% e os que cultivam campos passaram de 40,3% para 42,0%.

As estratégias de acesso à terra baseiam-se, em primeiro lugar, na subida dos salários nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril e na possibilidade de comprar terrenos por baixo preço no novo clima político que levava os proprietários a vender. A outra condição essencial que tornou possível o

²¹ Na freguesia de Eiras, as compra e vendas subiram de 108 no período 1969-74, para 129 no período 1975-80, baixando depois para 111 no período 1981-86. Na freguesia de Trouxemil (Adémia), as compra e vendas subiram de 72 no período 1969-74, para 156 no período 1975-80 e, mesmo mantendo-se mais elevadas do que nos anos anteriores à revolução, baixaram para 124 no período 1981-86. Na freguesia de Antanhol, as compra e vendas subiram de 98 no período 1969-74, para 120 no período 1975-80, e no período seguinte, 1981-1986, totalizaram 119, portanto, foram igualmente elevadas.

²² Consideremos, ainda, os seis anos pré-revolucionários (1969-74), os seis anos que se seguiram à revolução (1975-80), e os seis anos posteriores (1981-86). Em Antanhol, as heranças e as doações diminuíram de 141 para 99, e para 94. Inversamente, em Eiras e Adémia subiram, respectivamente, de 68 para 103 e para 131; de 112 para 153 e para 313.

aproveitamento das novas oportunidades de acesso a terra foi o suporte das relações de parentesco (através da concessão de empréstimos, da colaboração prestada nas actividades agrícolas, etc.).

Se, por um lado, a política da terra abriu novas possibilidades económicas, a outra estratégia de diversificação baseada na livre iniciativa comercial e industrial — graças, sobretudo, ao desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços nas aldeias e à difusão de novos modelos de consumo entre a população — proporcionou mais e melhores possibilidades. O operário não é só dependente da fábrica, é um mecânico ou um operário especializado que deseja possuir a sua oficina na aldeia; o assalariado já não é apenas um empregado subalterno, um servente ou um moço de fretes, é também um agricultor e um trabalhador dos serviços, num ou noutro ramo de actividade, que trabalha por conta própria e criou na aldeia a sua clientela. Já anteriormente, as pessoas procuravam dedicar-se a uma actividade subsidiária, e a combinação de rendimentos obtidos de fontes diferentes representava a principal estratégia das famílias para um equilíbrio, embora sempre precário, das contas. Hoje em dia, ao lado das estratégias anteriormente utilizadas, existem novas possibilidades de diversificação que podem ser postas em prática com menos dificuldade e de forma mais rentável, não só por um aumento da procura de serviços e de trabalhos especializados, mas também por haver mais tempo "produtivo" à disposição.

Dantes, um operário tinha de dedicar todo o seu tempo à fábrica; além das horas de trabalho, a ida para o trabalho e a volta à aldeia, feitas muitas vezes a pé, roubavam-lhe 3 ou 4 horas; não podia deixar de fazer horas extraordinárias nem podia subtrair-se a trabalhos por conta do patrão (por exemplo, se o patrão tinha terras, o operário cultivava-lhas). Em conclusão, as suas condições de trabalho impediam-lhe ou limitavam-lhe outras formas de ganhar a vida fora da fábrica. Hoje, ele tem pelo menos o dobro das

possibilidades, do que antigamente, de exercer uma segunda actividade; e se já exercia duas actividades, hoje tem pelo menos o dobro das possibilidades de exercer até uma terceira.

Normalmente, o trabalhador começou por exercer, por conta própria, uma actividade que é continuação directa daquela que exerce na cidade por conta de terceiros: se trabalha como mecânico montou uma pequena oficina na aldeia; se trabalha como electricista exerce a actividade por conta própria; se trabalha numa fábrica de madeira montou uma marcenaria, etc. E, quando não consegue expandir-se no sector em que opera, o trabalhador procura a sua independência noutras áreas: além de todas as combinações possíveis do trabalho assalariado com o trabalho agrícola, há ainda uma variedade enorme de combinações diferentes.

Todas as pequenas adaptações e alterações descritas acabaram por criar, em todas as aldeias, uma nova fisionomia dos agregados familiares. A camada de famílias "proletárias", que dependem exclusivamente do mercado do trabalho, foi diminuindo, ao passo que a camada das famílias "mistas", que tiram os seus rendimentos de fontes diferentes, tornou-se mais numerosa. Com efeito os agregados familiares "proletários" desceram em Antanhol de 43,2% em 1971, para 39,1% em 1986, na Adémia de 66,0% para 48,7% e em Eiras, onde a inversão de tendência foi mais vincada, de 61,5% para 39,1% (Quadro 7). Os agregados familiares com uma única fonte de rendimento reduziram-se a metade, passando em Antanhol de 52,4% em 1971 para 32,2% em 1986, na Adémia de 75,6% para 47,4% e em Eiras de 67,6% para 37,8%. Os agregados familiares com rendimentos de duas fontes diferentes subiram na Adémia de 22,9% para 36,6%, em Eiras de 32,4% para 46,8%; em Antanhol, onde já era muito vulgar a combinação do trabalho industrial e com actividades de autoconsumo, também aumentaram, embora menos, subindo de 43,7% para 44,8%. Convém, porém, salientar acima de tudo que os agregados familiares

com rendimentos de três ou quatro fontes diferentes, quase inexistentes há quinze anos, passaram a ser cerca de dois em cada dez, subindo em Antanol de 3,9% para 23,0% e na Adémia de 1,5% para 16,0%; em Eiras, onde não havia nenhum, constituem hoje 15,4% (Quadro 8).

A fonte de rendimento é, portanto, o emprego, mas também a propriedade e o exercício duma actividade independente. A diversificação, levada a efeito através de uma rigorosa disciplina de grupo, permitiu que as famílias aproveitassem as únicas possibilidades de melhoramento e satisfizessem as novas necessidades de subsistência que, de ocasionais passaram a permanentes. É neste campo que devem procurar-se as verdadeiras causas do progresso económico e das discrepâncias entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social, que alguns estudiosos evidenciaram²³.

Quais as condições que permitiram aproveitar as novas oportunidades de melhoramento económico através da diversificação das actividades, e quais as consequências que introduziram nas relações e na subdivisão das funções na família?

Tal como antigamente, a estrutura compacta do núcleo familiar (em particular a colaboração entre cônjuges) continua a ser o elemento básico das estratégias de resistência à dependência exclusiva do salário. Todas as estratégias individuais levam, com efeito, a enquadrar um campo de acção mais complexo, o da família. As iniciativas e actividades que cada um parece realizar individualmente entrelaçam-se de muitas maneiras, amparam-se e condicionam-se reciprocamente, sobretudo com vista a proteger as componentes que se encontram nas situações de trabalho mais melindrosas. A

²³ Quem introduziu e elaborou mais sistematicamente esses conceitos foi Boaventura de Sousa Santos (1985; 1990).

maior complexidade económica da família assenta na flexibilidade e na interdependência dos papéis produtivos dos seus membros, num sistema integrado de actividades que vincula também as gerações mais novas.

A diversificação que permitiu o autoconsumo implicou uma modificação da subdivisão do trabalho no âmbito do núcleo familiar, uma redefinição contínua e uma adaptação das funções familiares às novas exigências produtivas. Cada família, tal como no passado, resolve à sua maneira a necessidade de manter uma relação com a terra, de acordo com as fases do seu ciclo de desenvolvimento, com o número dos seus membros e com os recursos disponíveis. Mas para além da variabilidade dos casos individuais, podemos individualizar algumas tendências que parecem inverter, ou pelo menos contrariar, as que tinham surgido anteriormente.

A força de trabalho feminina tendia a substituir e complementar a masculina na agricultura, conforme parecia sugerir a falta de linearidade do abandono agrícola por parte das mulheres. Hoje em dia, as mulheres estão presentes em número crescente no mercado do trabalho da cidade, mas não precisam de renunciar à actividade extradoméstica para intensificar o seu trabalho agrícola. Foram antes os homens os que intensificaram as actividades agrícolas: têm mais tempo à disposição (horário laboral mais reduzido, sábado livre, férias, etc.) e, graças ao emprego de meios mecânicos e a uma maior eficiência produtiva, a terra dá mais rendimento e requer menos trabalho. As mulheres trabalham na fábrica enquanto solteiras e, com o nascimento dos filhos, tendem a deixar a actividade extradoméstica para se dedicarem à casa e ao tratamento da horta e dos animais. Todavia, existindo facilidades e serviços sociais — embora insuficientes — que dantes não havia (por exemplo, transportes, que poupam 3-4 horas de caminho a pé; electrodomésticos, que diminuem o tempo gasto nas tarefas domésticas; jardins-escola, etc.), o número de mulheres que, depois de casadas, continuam a trabalhar na cidade é maior

do que era dantes. As casadas empregadas a tempo inteiro em actividades extradomésticas, entre 1971 e 1986, aumentaram de 19,8% para 27,5% em Antanho; de 17,7% para 38,1% em Eiras e de 22,7% para 34,4% na Adémia (Quadros 3 e 9). E se tomarmos em consideração a actividade da mãe em relação à idade do filho menor, veremos que a percentagem das mães que trabalham a tempo inteiro fora de casa aumentou quer no período que vai até aos 6 anos do filho quer no período seguinte, entre os 6 e os 14 anos²⁴.

Há mais uma variável que ajuda a definir o carácter qualitativamente diferente do trabalho feminino no âmbito da família: é a própria composição do núcleo doméstico. Com efeito, se analisarmos o emprego da mãe em relação à estrutura parental de convivência, veremos que a percentagem de mulheres com uma actividade a tempo inteiro fora de casa que pertencem a famílias extensas ou alargadas aumentou em comparação com o levantamento anterior: em Antanho passou de 20,0% para 31,1%, em Eiras de 30,6% para 42,6% e na Adémia de 34,5% para 42,9% (Quadros 3 e 9).

A diversificação económica juntou-se, numa relação de interacção recíproca, com uma presença mais vincada de formas familiares complexas: as famílias extensas, entre 1971 e 1986, aumentaram em Antanho de 19,4% para 25,8% e na Adémia de 11,1% para 12,8%, ao passo que em Eiras se mantiveram praticamente sem variação: 15,7% e 15,0% (Quadros 4 e 10). Embora o modelo de agregado familiar não seja a principal condição para melhorar as possibilidades económicas das famílias, e a cooperação, conforme tivemos a oportunidade de observar, ir muito além do restrito núcleo co-residente, parece no entanto existir ainda, tal como anteriormente, uma

²⁴ Quando o filho mais novo tem menos de seis anos, a percentagem de mães que trabalham a tempo inteiro fora de casa, entre 1971 e 1986, sobe de 23,1% para 45,7% em Antanho; de 23,3% para 61,0% em Eiras, de 30,0% para 43,7% na Adémia. Quando o filho mais novo tem uma idade compreendida entre os seis e os catorze anos, a percentagem de mães que trabalham a tempo inteiro fora de casa sobe de 26,2% para 37,5% em Antanho; de 15,7% para 55,2% em Eiras; de 22,2% para 54,5% na Adémia.

relação entre a estrutura do agregado familiar e a possibilidade de aumentar as opções económicas. Com efeito, a percentagem de famílias extensas com rendimentos provenientes de fontes diversas é de 26,4% em Antanho, 19,7% em Eiras e 13,8% na Adémia, e a percentagem das que apenas têm rendimentos salariais é, em qualquer dos três casos, mais baixa: 25,0% em Antanho, 7,7% em Eiras e 11,9% na Adémia (Quadro 10). A complexidade da actividade económica une os elementos da família à volta dum projecto comum, conferindo-lhe maior solidez e coesão e desencadeando dinâmicas opostas às que anteriormente favoreciam a sua divisão e dispersão.

Uma confirmação indirecta deste comportamento das famílias é-nos dada pela análise das escrituras de heranças e doações: tal como no passado, os bens dividem-se em partes iguais por todos os filhos, embora pareça que se intensificarem os processos de "partilha preferencial" que favorecem um filho (ou mais que um) em relação aos outros, até para limitar uma excessiva fragmentação das terras²⁵. O exame das escrituras de compra e venda deixa entrever a intensificação de estratégias de emparcelamento fundiário, numa situação de elasticidade do mercado da terra que impele nesse sentido²⁶.

O quadro demográfico não apresenta alterações em relação às tendências anteriormente verificadas: a média de idade para o casamento continua a baixar, tanto para os rapazes como para as raparigas, nas três comunidades, sem se traduzir num aumento da fertilidade dos casais; pelo contrário, devido a uma maior difusão das práticas contraceptivas e aos novos

²⁵ Os casos de herança diferenciadas, no total das escrituras que dizem respeito a mais que um herdeiro, em Antanho subiram de 5,3% do período 1969-74 para 21,4% em 1975-80 e para 33,3% no período 1981-86; em Eiras temos 50,0% nos períodos 1969-74 e 1975-80, e 53,6% no período 1981-86; na Adémia, depois de terem descido de 47,8% do período 1969-74 para 32,8% do período 1975-80, tornaram a subir até 45,6% no período 1981-86.

²⁶ Os processos de emparcelamento em Antanho, depois dos iniciais 3,1% do período 1969-74, passaram para 10,0% em 1975-80 e para 7,6% em 1981-86; em Eiras temos: 7,4% em 1969-74, 7,0% em 1975-80 e 9,9% em 1981-86; na Adémia, 4,2% em 1969-74, 14,1% em 1975-80 e 11,3% em 1981-86.

modelos culturais entre os jovens, está-se a acentuar a redução progressiva do número dos filhos. Os modelos de casamento apresentam-nos, porém, um elemento de novidade em relação ao passado que nos leva a reflectir. Com efeito, se considerarmos o âmbito do mercado matrimonial notamos uma inversão de tendência relativamente à anterior que evidenciava uma progressiva expansão da área geográfica de recrutamento dos cônjuges: a percentagem de casamentos entre habitantes da mesma freguesia na década de 1975-1984, relativamente ao decénio anterior, aumenta em Eiras de 40,4% para 47,9% e na Adémia baixa ligeiramente, passando de 41,8% para 39,8%²⁷. A exigência de escolher o cônjuge num meio geográfico restrito sugere-nos um comportamento que procura evitar qualquer perspectiva de dispersão e reforçar, com o casamento, laços sociais e económicos que permitam conservar e ampliar a oportunidade de acesso aos recursos.

A diversificação económica junta-se, portanto, a formas concretas de organização familiar e demográfica. A possibilidade de intercâmbio e a flexibilidade das funções produtivas, a estrutura alargada ou extensa do núcleo doméstico, a intensificação dos processos de partilha preferencial, a persistência dos casamentos entre habitantes do mesmo núcleo habitacional evidenciaram-se como alguns dos elementos estratégicos fundamentais utilizados pelas famílias para uma maior segurança e uma melhor situação económica.

As redes da sobrevivência alargada

Todas as estratégias das famílias devem, por sua vez, ser enquadradas nas redes de alianças que permitiram a sua concretização. Ao longo destes anos, todos construíram ou efectuaram qualquer coisa e não podemos deixar de

²⁷ Só em Antanol, a percentagem dos casais em que ambos são da freguesia reduz-se sensivelmente (de 64,6% para 26,5%); mas também neste caso, podemos ainda considerar endogâmicos pelo menos 70% dos casamentos: de facto, em 48,5% dos casos, um dos noivos não pertence à freguesia, mas provém, em 9 de cada 10 casos, de uma freguesia confinante.

reconhecer, pela maneira como os factos surgiram e foram conduzidos, a influência e o apoio da vizinhança e do parentesco. Também antigamente, as relações de solidariedade, que se reuniam em torno da reprodução "alargada", eram elementos estratégicos da criação de segurança. As funções e os métodos não mudaram, mas, com a nova circulação de dinheiro, de mercadorias e de oportunidades, os campos de intervenção alargaram-se e o ritmo de actividade acelerou-se: reforçaram-se ou surgiram novas alianças económicas no âmbito do parentesco, da vizinhança e do grupo de amigos. E as próprias circunstâncias iam ditando as mais convenientes. Uma vez a escolha ficou circunscrita ao âmbito mais restrito dos parentes, outras vezes privilegiou um laço de parentesco extremamente afastado; houve casos em que foi sugerida por uma relação de parentesco espiritual e outros em que, ultrapassando as fronteiras do parentesco, se dirigiu para o grupo dos amigos ou para o grupo de devoção de cada um. Não é possível estabelecer critérios para classificar acontecimentos que são sempre imprevisíveis, mas o resultado é que todos se encontram no meio de uma complexa articulação de interesses e relações: entra como sócio de um amigo em negócios e especulações vantajosas, tem rendimentos em comum com o sogro, gere uma empresa juntamente com um irmão ou um cunhado.

A rede em que o indivíduo está inserido, para quem a saiba aproveitar, proporciona a ocasião e os meios para "fertilizar" os êxitos económicos em qualquer domínio. Todas as profissões que surgiram recentemente, como a de representante ou agente comercial, baseiam-se em grande parte na capacidade de actuar com habilidade no círculo dos parentes e amigo íntimos. Todos os que se dedicam à gestão de pequenos pontos de venda, e que geralmente desempenham outras actividades ou são reformados, criaram a sua rede de clientes entre parentes e vizinhos. Foi isso que fizeram quase todos os mecânicos, os electricistas e os que exerciam qualquer outra actividade

independente. Todos se ajudam reciprocamente e podem contar com as garantias colectivas que o sistema proporciona. O habitante da aldeia, afinal de contas, mistura negócios e família, transforma a sua casa numa sucursal da empresa, converte a sua actividade profissional e comercial numa economia doméstica que desenvolve num mini-universo comunitário, onde fazer negócios e cultivar relações humanas são comportamentos idênticos.

Quer isto dizer que as redes de solidariedade não só acompanharam e apoiaram os movimentos de diversificação levados a cabo pelas famílias, como são constantemente redefinidas e ampliadas através da articulação dos interesses económicos. Tal como anteriormente, não se circunscrevem às fronteiras da aldeia (que fronteiras, aliás?), mas — à medida que as comunidades se envolvem cada vez mais no sistema urbano através dos *mass media*, da comunicação e da mobilidade — integram-se, com laços cada vez mais fortes na fábrica, na cidade e nos vários ramos do comércio ou do sector administrativo.

Grupos de parentes, compadres e vizinhos, infiltram-se nalguns sectores do mercado do trabalho influenciando directamente a sua composição. Já vimos, no caso de Almalaguês, como se reconstituíram, de forma sistemática e ramificada, verdadeiros grupos de parentesco e de vizinhança. Mas também nas outras aldeias, embora de forma menos aparatosa e sistemática, os laços individuais influenciam a entrada para o mercado do trabalho. As novas situações de rigidez do mercado do emprego voltaram a desencadear os mecanismos de controlo informal sobre a admissão no emprego que, entre finais dos anos 60 e começo dos anos 70, a expansão da indústria e a emigração maciça tinham transitoriamente atenuado ou enfraquecido.

A comunidade constitui, portanto, o elemento de suporte da diversificação, ou seja, de todos os progressos realizados depois do 25 de Abril.

A diversificação concretizou-se através e nas relações de solidariedade e cooperação selectiva entre indivíduos e grupos, na sua interdependência recíproca, no fluxo contínuo de trocas de trabalho, de bens e de empréstimos; no vasto âmbito de tudo o que se dá e se recebe; nas redes de informação e controlo exercido sobre o ambiente e os recursos disponíveis. E a crescente participação no mercado do trabalho (sobretudo em Almalaguês), bem como o sistema de assistência do Estado não limitaram, mas antes aumentaram as margens de acção que possibilitaram novas estratégias.

Para além das capacidades, das características e das situações particulares que constituíram a vivência de cada situação individual, os melhoramentos económicos realizados, que foram o objectivo compartilhado e visado por todos, devem também ser relacionados com o contexto estrutural que os tornou possíveis. E as actividades de indivíduos e grupos, por sua vez, construíram e reconstruíram a realidade dentro da qual actuavam²⁸. A comunidade determina as circunstâncias em que as pessoas vivem e é o resultado das suas estratégias de organização. Portanto, a comunidade não é um sistema definitivamente estabelecido (nem determinado *a priori*) dos vários elementos do sistema social — parentesco, vizinhança, propriedade da terra, amizade, reputação, aliança económica, etc. — através dos quais os habitantes da aldeia se situam e explicam o seu sentido de pertença²⁹: a comunidade é uma combinação, sempre diferente, de todos esses elementos, que os indivíduos e os grupos determinam com base na prática e sobretudo, conforme procurámos demonstrar, na prática da diversificação.

²⁸ O esquema analiticamente mais produtivo para os problemas aqui analisados, é o que foi elaborado por Sahlins (1985).

²⁹ Sobre as representações e manipulações das identidades e pertenças locais que individualizam e, simultaneamente, agregam num sistema próprio os vários elementos do sistema social (parentesco, vizinhança, amizade, *partnership* económico, etc.), vejam-se as análises incluídas em Cohen (1982).

No prazo já mencionado, que durou quinze anos, a composição da aldeia continuou a modificar-se com ritmos tão rápidos como os anteriormente observados. Os indivíduos e as famílias entravam e saíam continuamente. Certos indivíduos, sobretudo os "paraquedistas", desapareceram sem deixar rasto. Outros chegaram nas mesmas condições e desapareceram com idêntica rapidez, sem ter tempo para criar raízes. Alguns emigraram. Em Eiras, por exemplo, em cada dez famílias há uma que se encontra implicada em processos migratórios. Em Antanhol e Adémia há quase outras tantas. Ao mesmo tempo, chegaram dezenas de outras pessoas. Os "retornados" da África instalaram-se nas aldeias aproveitando todos os espaços disponíveis para se dedicarem à agricultura e às suas profissões e actividades comerciais. Outras famílias e indivíduos, oriundos das mais diversas zonas do país, escolheram como ponto de apoio as aldeias, porque a cidade, que os atrai constantemente, não está em condições de os acolher. Outros ainda deslocaram-se para as aldeias vindos de Coimbra, no intuito de fugir da cidade demasiado povoada e de conseguir habitação própria, e condições de vida mais "salubres" e vantajosas. A expansão urbana acompanhou todas estas deslocações, uma vez prolongando as ruas em direcção às artérias principais, outras vezes alargando-se em leque ou deslocando o seu centro e englobando novos aglomerados residenciais.

Até a aldeia de Almalaguês, que se caracteriza por uma sólida resistência, teve uma relativa abertura demográfica. Em cada vinte habitantes, há um que não é natural da aldeia, embora Almalaguês não conheça a flexibilidade demográfica das aldeias mais próximas da cidade, que nelas determina uma mobilidade muito maior. Em Antanhol, onde se verificaram o maior crescimento económico (relativo) e a maior mobilidade demográfica, a população nascida fora da aldeia aumentou de 42,0% em 1971 para 65,4% em 1986.

Poderemos ter uma ideia mais fiel das modificações da estrutura da

população, se considerarmos a percentagem das famílias que se instalaram nas aldeias depois do 25 de Abril: 21,5% em Eiras, 22,4% na Adémia e 24,1% em Antanhol. Algumas destas famílias vivem totalmente separadas da comunidade. Quando surgiu a ocasião de comprar um terreno por um bom preço aproveitaram-na logo, para assim obterem a autonomia de habitação que a cidade não podia proporcionar-lhes, mas as suas actividades e interesses concentram-se exclusivamente na cidade. Contudo, uma parte dos recém-chegados criou raízes mais sólidas na aldeia. Esses compraram e alugaram terras e inseriram-se no tecido comunitário, embora com interesses e laços menos vinculativos do que os daqueles que tinham chegado antes³⁰. Há finalmente uma parte da população que teve a sua origem na aldeia, passou muitos anos fora dela e acabou por se juntar de novo aos parentes.

Deixando a panorâmica global da aldeia e observando apenas as unidades de análise mais pequenas, isto é, as famílias "restritas", obtemos resultados igualmente surpreendentes. Os indivíduos que as constituem deslocaram-se ininterruptamente, ofereceram-se, foram emprestados, cedidos ou adquiridos — por nascimento, morte ou casamento —, de modo que, com os fragmentos das famílias destruídas, se construíram outras por sua vez destinadas a reduzir-se a fragmentos. Há, sem dúvida, algumas famílias que mantiveram a sua composição, mas, com o tempo e com a idade, as ocupações, as relações internas e os comportamentos dos seus membros chegaram até nós

³⁰ A percentagem das famílias que são proprietárias da habitação onde moram é menor nas famílias que se estabeleceram na aldeia depois do 25 de Abril do que nas que ali já residiam: as percentagens são, respectivamente, 54,6% e 46% em Eiras; 53,7% e 25,7% na Adémia; 81,8% e 76,2% em Antanhol. O mesmo se passa com a percentagem de famílias que cultivam terras: diminui em Antanhol de 53% para 7,1%; em Eiras de 51,4% para 30%; na Adémia de 47,1% para 17,1%. A percentagem de famílias que apenas têm um quintal sobe, pelo contrário, em Antanhol de 29,6% para 54,8%; diminui na Adémia de 6,6% para 2,9%; em Eiras, onde a percentagem era de 6%, acaba por desaparecer. Para ter uma visão global do fenómeno, consideremos a tipologia dos agregados familiares: a percentagem de agregados "proletários" é muito mais elevada nas famílias que se estabeleceram na aldeia depois do 25 de Abril, do que nas que ali residiam no período anterior: no primeiro caso, a percentagem é de 66,7% em Antanhol; 48% em Eiras; e 62,9% na Adémia; enquanto, no segundo, a percentagem é de 30,3% em Antanhol; 36,6% em Eiras; e 44,6% na Adémia.

com uma fisionomia tão deformada que já nem parecem as mesmas.

Os conflitos de interesses nos círculos de parentesco, entre grupos vizinhos e entre pessoas de determinadas posições sociais ou profissionais continuaram a fomentar a reestruturação sistemática das alianças, mas a partir do momento em que se incluíram novas alianças, agora determinadas por dimensões sociais diferentes — em particular pela dimensão política, depois do 25 de Abril —, observou-se que esses novos vínculos, mais facilmente manipuláveis pelas pessoas, originaram novos conflitos e constantes alterações dos equilíbrios de poder.

Finalmente, até os termos da linguagem e da estratificação da honra sofreram toda a espécie de alterações. As infracções às regras que estabelecem o comportamento adequado das pessoas nas várias situações representaram não tanto uma ocasião para as reafirmar, como evidenciaram níveis sucessivos de modificação dessas normas. O código da moral sexual, por exemplo, tornou-se mais flexível. Muitos princípios firmes parece terem-se tornado em preconceitos. Verificaram-se mudanças muito profundas na definição dos papéis conjugais. Houve até alguns divórcios. A brutalidade e a violência na família são episódios cada vez mais raros e parecem afligir, como males inevitáveis mas em vias de extinção, apenas as classes sociais mais pobres.

Contudo, apesar das novas circunstâncias que compuseram e recompuseram continuamente grupos e famílias, apesar da elevada percentagem de indivíduos que partiram e que chegaram, apesar das constantes redefinições das fronteiras e das mudanças do sistema de valores sociais, a comunidade, considerada no seu conjunto, resiste.

A comunidade reafirma-se onde quer que seja: nas redes domésticas e nas cumplicidades dos vizinhos; nas confidências, inconfidências, nos pequenos presentes que reforçam os elos das alianças; na densa rede de

dívidas e créditos; nas práticas matrimoniais e nas políticas dotais; nas relações de parentesco e alianças utilizadas como garantia em quaisquer opções e actividades económicas; nas redes que se projectam para a cidade e para a fábrica. A comunidade é delineada por todas as acções quotidianas; reconhece-se no exercício da agricultura que aumenta os lucros do pequeno negociante e dos que exercem qualquer outra actividade independente; nos sistemas de fornecimento à vizinhança que chegam a duplicar as receitas dum operário ou dum empregado; na venda de frangos, nozes, ovos que aqueles que trabalham na cidade (contínuos e archeiros da universidade ou carteiros) efectuem nos seus locais de trabalho para obterem um complemento do ordenado; até mesmo em actividade de especulação, já que todos desejam lançar-se na construção civil, e associar-se a amigos de infância ou a vizinhos com quem estejam em boas relações pode dar origem a uma empresa de construção civil.

A comunidade é o multiplicador incógnito da diversificação, e vice-versa. A comunidade tem sido a condição indispensável que tornou possível a diversificação e tem sido, por sua vez, o resultado sempre diferente duma complexa articulação de relações, interdependências, planos e estratégias destinadas a marcar activamente a participação e a adaptação das realidades locais às vicissitudes políticas e económicas externas. A polivalência dos seus efeitos mostra hoje ainda, e mais do que no passado, a sua capacidade de resistência. Em conclusão, a comunidade é a condição que se transforma constantemente em resultado.

Mas tudo isto foi possível porque a comunidade existia. Onde não houver comunidade, ela não poderá nascer, pelo menos a curto prazo. Pode comprovar-se a validade desta afirmação mesmo no limitado âmbito da nossa análise. Os habitantes da Adémia, que na maioria tinham um passado mais recente e raízes menos fortes na aldeia, tiraram menos vantagens da

diversificação das actividades económicas do que os de Almalaguês e Antanho, que puderam apoiar-se numa tradição de solidariedade comunitária mais forte.

As forças da mudança são portanto frágeis: onde não encontrem bases de apoio não progridem. A revolução deixou as coisas tal como estavam, abrindo maiores espaços para tendências que já existiam; onde procurou tornar-se radical, falhou.

O habitante da aldeia tem hoje em dia maiores possibilidades de manobra e novas fontes de lucro. Diante dele já não há só um plano único possível de actividades económicas, mas há sempre, simultaneamente, uma variedade de projectos, por vezes contraditórios. Às vezes parece que a salvação consiste no investimento na terra, outras vezes no investimento industrial e algumas vezes no investimento comercial. Jorge, de Antanho, é agricultor, criador de gado e empregado. "Vamos ver com a CEE — diz ele a respeito da sua criação de gado que gostaria de ampliar —, aqui não se percebe nada, nem se sabe onde é melhor investir". E todos, tal como ele, se comportam ao sabor das circunstâncias. Mas se tivessem apenas uma única opção, não poderiam proceder assim.

No fundo, todos essas andanças e correrias para a frente e para trás, melhoram até certo ponto, mas não modificam a situação em que cada um se encontra. Nas vésperas da revolução, indivíduos e famílias esforçavam-se por organizar, em bases mais sólidas, um futuro incerto, através da interdependência das actividades assalariadas e de autoconsumo. E continuam a agir exactamente da mesma maneira quinze anos após a revolução, tal como no seu início, podendo encontrar-se a explicação dos seus casos em numerosos textos clássicos sobre o assunto³¹. O Estado e a fábrica não proporcionam

³¹ O esquema teórico de referencia é o da *world-economy*. Da ampla bibliografia sobre o tema, remete-se para os textos mais importantes de I. Wallerstein (1979; 1984; 1985).

ordenados nem reformas tão elevados que permitam viver só com eles, devendo cada um acrescentar rendimentos decorrentes da iniciativa pessoal. Onde quer que o trabalho assalariado se desenvolva em condições de pobreza sem permitir que se saia dessas condições, as estruturas particulares são continuamente reactivadas para garantir a subsistência e para enfrentar as exigências que, à luz dos novos modelos de consumo predominantes, aumentam as despesas da família. E a comunidade é a condição e o fundamento das estratégias utilitaristas de sobrevivência e melhoramento.

Os mecanismos do consenso político

Todos os processos que delineámos, independentemente dos limites e das contratendências futuras, modificaram o modo de vida dos habitantes das aldeias e exerceram uma profunda influência sobre os seus comportamentos políticos. Seja qual for a perspectiva do universo social em que se encare o problema, os resultados serão sempre os mesmos: um claro declínio do conflito vertical e um reforço das dinâmicas de consenso.

As modificações da distribuição e da própria natureza da propriedade, o acesso alargado às actividades independentes, as maiores possibilidades de melhorar a própria posição através da activação dos vínculos particulares, diversificaram e fragmentaram as condições materiais e sociais dos trabalhadores e lançaram as bases de uma eficaz desarticulação das agregações horizontais suscitadas pelo 25 de Abril. Havia quinze anos, o fenómeno da proletarização estava muito longe de ser concluído, mas iniciou-se um processo de polarização que, se tivesse continuado, teria provavelmente aprofundado a separação entre produtores e meios de produção. As dinâmicas desencadeadas pelo 25 de Abril activaram uma tendência de sentido contrário: um reforço recíproco entre trabalho assalariado e pequena propriedade independente, através da criação de um retículo de intercligações mútuas entre

os vários estratos sociais, que tornaram cada vez mais incertas as fronteiras e cada vez mais ambíguos os privilégios e as posições de classe.

Depois dos benefícios obtidos nos primeiros meses da revolução, a crise económica que se seguiu atingiu duramente os trabalhadores, sobretudo nos níveis mais baixos da hierarquia do emprego. As vantagens económicas alcançadas não duraram muito tempo e foram anuladas pela inflação e pelos mecanismos de acumulação capitalista. Todavia, paralelamente a estas mudanças, verificaram-se outras menos conhecidas, mas que foram igualmente importantes na dinâmica da transformação e das orientações políticas. A revolução, como vimos, abriu novos espaços de acção em que indivíduos e grupos se inseriram com as suas estratégias de inovação, apostando nas relações de solidariedade como base de estabilidade e de crescimento económico. A luta por um melhoramento das fábricas estava comprometida e já ninguém confiava nas acções colectivas para alcançar a segurança. As pessoas tinham seguido vias diversas. Abandonaram os canais da política formal e desviaram as suas estratégias de acção para a comunidade, desenvolvendo uma política de activação dos canais particulares como suporte das iniciativas económicas. Compraram terra, iniciaram uma actividade independente, exerceram duas ou três actividades. Deste modo, realizaram estratégias activas de mobilidade e de transformação de um quadro social e económico relativamente rígido e estático. Puderam realizar o objetivo fundamental de uma vida melhor. Gozam de uma segurança económica maior e podem fazer projectos com perspectivas de rendimento mais seguras para períodos mais longos; viram diminuir a distância que os separa dos grupos de referência mais avançados; têm maior possibilidade de se promover e de dar instrução aos filhos; podem satisfazer necessidades supostamente supérfluas que à luz dos novos modelos de consumo constituem necessidades reais.

Quais foram os efeitos de todo este extraordinário movimento? Criou-se

uma estratificação social com características atípicas, cujos traços particulares são a complexidade e a ambiguidade que derivam da combinação de diferentes dimensões da actividade produtiva. Os vários grupos profissionais — em de toda a pirâmide, ou seja, dos estratos mais baixos dos assalariados até aos pequenos empresários - têm em comum certas características fundamentais que criam interdependência entre os vários estratos e que enfraquecem a possibilidade conflito. Uma rede flexível de contactos e relações recíprocas sustenta uma sociedade com fortes diferenças de rendimento e de posição social.

No contexto fábrica, loja, agricultura, o indivíduo é simultaneamente envolvido por estruturas diferentes, mas rede das relações em que se insere parece ser igual para todos. Um é proprietário, administrador e empregado ao mesmo tempo. Outro cria uma vaca, tem uma loja e é funcionário público. Um terceiro é agricultor, operário, artífice. Em suma, um vende os seus serviços no mercado de trabalho e, por sua vez, tem um empregado. A sua condição de classe e o seu *status* não se definem, portanto, apenas com base na sua posição no mundo de trabalho, mas também com base noutras dimensões económicas da estratificação: a propriedade, em primeiro lugar, por pequena que seja, que continua a ser a chave explícita e definitiva para entender a psicologia da sua consciência política. A par das condições alienantes do trabalho na fábrica, tomam corpo outras motivações de trabalho e outros factores de satisfação nas esferas em que o indivíduo age livremente e onde demonstra interesse em valorizar as suas faculdades e iniciativas próprias. Não é somente o rendimento que provém de uma profissão, mas também a possibilidade de comprar e vender com lucro uma propriedade e os seus frutos, e o exercício de todas as pequenas actividades independentes intensamente desenvolvidas em qualquer ramo da economia, aquilo que determina as circunstâncias em que vive, as coisas que pode comprar com o seu dinheiro e muitas daquelas que

sonha possuir. Pode assim ver-se, em alguns casos, empregados viverem com maiores dificuldades do que operários e não é fácil traçar uma precisa linha de demarcação financeira entre uma e outra categoria. À medida que vão aumentando as possibilidades de diversificação económica, tornam-se sempre mais vagas as linhas de divisão entre os vários estratos e existem maiores possibilidades de passar de um para o outro. E, enfim, considerando que o consumo se tornou um critério generalizado de valorização social, as aparatosas demonstrações de consumo afirmam-se como símbolos de pertença a uma elevada esfera social e podem conferir uma ilusória consciência de *status*.

A revolução, portanto, ao criar condições favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas pessoais em todas as esferas da actividade económica não favoreceu uma oposição dos grupos sociais; favoreceu, sim, a criação de uma pequena burguesia e de um proletariado espúrio, unidos por uma série de inter-relações, onde não existem símbolos de *status* diferentes, nem existe um conflito de interesses que possa assumir a forma de um comportamento de classe. Se a classe é um sistema de relações que determina momentos de conflitos de interesses que dão origem a uma luta, a posição que as pessoas assumiram tem-na limitado fortemente. Se a mentalidade política de um estrato social é influenciada por todas as relações que os seus membros mantêm com os outros estratos, por todos os factores objectivos e subjectivos que foram expostos, os habitantes destas quatro aldeias — que conjugam actividades ligadas à terra, ao artesanato, ao comércio e ao exercício de uma profissão — estão particularmente expostos a muitas pressões transversais que contribuíram para confundir as realidades de classe e criar a atmosfera de ambiguidade em que se movem.

Enfim, a articulação das estratégias económicas em várias direcções constituiu a resposta à impossibilidade de aumentos salariais e, por sua vez,

enfraqueceu os mecanismos sociais que mantêm a unidade dos trabalhadores nos confrontos com os seus opositores, incidindo negativamente sobre as suas capacidades de mobilização. Teve uma função estabilizadora e de fortalecimento do consenso político³². É verdade que a confiança das pessoas nos partidos diminuiu sensivelmente, o que acabou por se reflectir num desinteresse geral, às vezes numa desconfiança hostil relativamente às formas de participação directa na vida política ou aos actos de delegação democrática e ao voto. Mas os habitantes destas aldeias não são mais nem menos indiferentes à política do que a média dos habitantes do concelho e a média nacional³³ e não demonstram, através do voto, uma propensão muito mais forte para modificar as actuais linhas da política do governo; aliás, reflectem-na e contribuem para o seu reforço (Quadros 11 e 12)³⁴.

³² Boaventura de Sousa Santos sublinhou a forma como os mecanismos compensadores informais e a relativa pulverização do conflito entre capital e trabalho constituem a base material dos regimes democráticos nas sociedades semiperiféricas (Santos, 1985: 872ss).

³³ As primeiras eleições democráticas tinham tido uma afluência que, em quase todos os sítios, foi superior a 90% dos recenseados: a percentagem dos votantes nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 tinha sido de 89,7% em Almalaguês; de 93,9% em Antanho; de 93,2% em Eiras; de 91,4% em Trouxemil; de 91,2% no concelho de Coimbra; de 89,1% no distrito de Coimbra; de 91,7% no país. Já se notava uma ligeira diminuição nas eleições seguintes para a Assembleia da República em 1976: a percentagem dos votantes foi de 81,4% em Almalaguês; de 84,5% em Antanho; de 87,8% em Eiras; de 76,8% em Trouxemil; de 82,3% no concelho de Coimbra; de 77,8% no distrito de Coimbra; de 83,3% no país. E a diminuição surge nítida nas eleições para a Assembleia da República em 1987: a percentagem de votantes em Almalaguês baixou para 71,1%; em Antanho para 62,3%; em Eiras para 72,2%; em Trouxemil para 61,2%; no concelho de Coimbra para 73%; no distrito de Coimbra para 69,7%; no país para 72,6%. Mais baixa ainda do que a das eleições legislativas, é a percentagem dos votantes para as Autarquias Locais. Nas primeiras eleições para a Assembleia da Freguesia, para a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal em 1976, a percentagem dos votantes foi de 62,9% em Almalaguês; de 63,6% em Eiras; de 48,2% em Trouxemil; de 56% no distrito de Coimbra (faltam os dados para o concelho); de 64,6% no país. Nas eleições para as Autarquias Locais de 1985, a percentagem dos votantes foi de 56,7% em Almalaguês; de 52,5% em Antanho; de 57,1% em Eiras; de 50,4% em Trouxemil; de 57,3% no concelho de Coimbra; de 63,5% no país.

³⁴ O quadro político diferencia-se a nível local, com uma mais forte e evidente tendência conservadora em Almalaguês do que nas outras três aldeias. E, no conjunto, o quadro político é ligeiramente menos moderado da média nacional. Consideremos alguns resultados eleitorais. Nas eleições para as Autarquias Locais de 1985, por exemplo, a coligação de esquerda (APU) entre o partido comunista (PCP) e o movimento democrático português (MDP), obteve 18,7% dos votos em Almalaguês, 12,4% em Antanho, 23,8% em Eiras, 18,5% em Trouxemil, 22,2% no concelho de Coimbra, 12,7% no distrito de Coimbra, 21,3% no país. O partido socialista obteve 25% dos votos em Almalaguês, 53,1% em Antanho, 34,4% em Eiras, 41% em Trouxemil, 31,7% no concelho de Coimbra, 35,3% no distrito de Coimbra, 28% no país. O partido social-democrático obteve 56,3% em Almalaguês, 34,5% em Antanho, 31,8% em Eiras, 21% em Trouxemil, 39% no concelho de Coimbra, 41,3% no distrito de Coimbra, 34% no país. Nas eleições para a Assembleia

Uma visão mais geral

Que conclusões podem tirar-se da análise desenvolvida? A forma de aumentar o bem-estar relativo dos habitantes foi, como vimos, a mesma para todos, isto é, a diversificação das actividades e das fontes de rendimento. Sem dúvida que parte da explicação destas escolhas estratégicas se encontra nos laços de continuidade das formas rurais e de aldeia em que os nossos protagonistas cresceram. Esta explicação, porém, indica, quando muito, uma condição necessária, mas não suficiente do processo. A outra parte da explicação remete para uma série de interdependências económicas bem mais amplas (de carácter nacional e internacional) que vinculam os esforços dos indivíduos a espaços de acção restritos e definidos.

A revolução portuguesa não modificou a posição intermédia (semiperiférica) que o país ocupava na estratificação hierárquica da economia-mundo³⁵. Como outros países da semiperiferia que tiveram experiências de profundas transformações sociais e económicas, frequentemente acompanhadas de perturbações políticas³⁶, Portugal permaneceu na mesma posição intermédia que já ocupava anteriormente; por outras palavras, não conseguiu alcançar o restrito grupo de países que tinham determinado desde sempre os padrões de *status* e de riqueza no

da Republica de 1987, a coligação do partido comunista e dos "verdes" (CDU) obteve 6,2% dos votos em Almalaguês, 9,9% em Trouxemil, 12% no concelho de Coimbra, 7,3% no distrito de Coimbra, 12,5% no país. O partido socialista obteve 32,2% dos votos em Almalaguês, 32,9% em Antanho, 33,8% em Eiras, 42% em Trouxemil, 31,3% no concelho de Coimbra, 29,5% no distrito de Coimbra, 22,8% no país. O partido social-democrático obteve 51,9% dos votos em Almalaguês, 44,1% em Antanho, 40,7% em Eiras, 34,9% em Trouxemil, 44,8% no concelho de Coimbra, 51,4% no distrito de Coimbra, 51,3% no país (Quadros 11 e 12).

³⁵ Acerca da existência de um grupo intermédio (semiperiférico) de Estados, relativamente estável na economia-mundo, em contradição quer com as teorias da modernização (segundo a qual as posições intermédias são temporárias por serem *transitórias* no percurso que vai do atraso para a modernidade) quer com a teoria da dependência (as posições intermédias são temporárias por serem *residuais* em relação às tendências polarizadoras que empurram para o centro ou para a periferia) cf. Arrighi; Drangel, 1986: 9-74.

³⁶ Só para dar um exemplo, podemos considerar alguns Estados latino-americanos como a Argentina, o Chile, o México, o Brasil, e a maior parte dos Estados do leste da Europa.

sistema-mundo. A mudança de regime político não é a fórmula mágica que permite a um país alcançar um rápido desenvolvimento e melhorar a sua posição estrutural na estratificação hierárquica da riqueza na economia mundial capitalista.

A revolução portuguesa modificou os modelos da redistribuição, mas não provocou qualquer aumento da riqueza do país. Aliás, as políticas redistributivas dos primeiros meses que se seguiram ao 25 de Abril suscitaram reacções dos proprietários e capitalistas que, combinando-se com as desfavoráveis conjunturas nacional e internacional, provocaram o colapso económico. Estabeleceram, assim, um grande limite aos êxitos da transição política iniciada com o 25 de Abril.

Enfim, o desenvolvimento económico, se por desenvolvimento económico entendermos uma melhor posição de Portugal na estratificação mundial da riqueza, como era inevitável, revelou-se uma ilusão. Não somente o país não tinha melhorado, como tinha retrocedido; tinha descido, aproximando-se das posições periféricas³⁷. Todos os indicadores macroeconómicos anteriormente mencionados, podem ser lidos nesta óptica. Até outros indicadores que poderiam deixar qualquer dúvida a este respeito — por exemplo, os que evidenciam os progressos da indústria em alguns sectores³⁸ — acabam por confirmar esta hipótese. A industrialização não é sintoma de desenvolvimento neste período; é sintoma da periferização das actividades industriais na

³⁷ Acerca da posição de Portugal na estratificação hierárquica da economia-mundo, cf. Arrighi, 1985: 243-279; e Bessa, 1988. Acerca da posição de Portugal na economia-mundo nos anos 1970 e 1980, cf. Murteira, 1983; Lipietz, 1983; e Mateus, 1983: 5-25. Acerca do agravamento da situação portuguesa relativamente à dos países "centrais" no quinquénio 1978-1983, cf. Lopes, 1986: 595 ss. Sobre a posição semiperiférica de Portugal, especialmente no âmbito das economias europeias, cf. Mateus, 1978: 41-62. Para uma avaliação global da problemática relativa ao conceito de semiperiferia e ao caso português em particular, cf. Santos, 1985 e 1990.

³⁸ Acerca dos progressos da indústria em Portugal, da estagnação na Grécia e da quebra em Itália (reflectindo, neste último país, a tendência que se manifesta nos países mais ricos), cf. Ferreira, 1985: 411 ss.

economia-mundo³⁹.

Nessas condições, como em todos os países semiperiféricos, é normal que coexistam actividades assalariadas e de autoconsumo; por outras palavras, que o salario não consiga garantir a subsistência e que deva ser complementado com outras fontes de rendimento. O proletariado fortaleceu o seu poder social depois de Salazar, mas não pode reforçá-lo demais: se assim fosse, deixaria de existir interesse no investimento industrial (sobretudo por parte do capital estrangeiro) que assenta, exactamente, nos baixos níveis de remuneração salarial dos países semiperiféricos.

A população das nossas aldeias sabe que não pode ter esperanças no desenvolvimento, que o desenvolvimento é uma ilusão; e segue o seu caminho. Se o trabalho industrial, à medida que se difunde, se vai tornando cada vez menos remunerador, há outras formas produtivas que se vão tornando mais rentáveis, por exemplo as informais e as actividades familiares de autoconsumo; por outras palavras, as actividades que não passam pelo mercado ou que, como o trabalho clandestino, deixam poucos vestígios e não podem ser captadas, ou só parcialmente o são, pelos indicadores macroeconómicos⁴⁰.

Assim, os habitantes destas quatro aldeias mobilizam os seus esforços para poderem tirar maiores vantagens: compram terra, criam animais, demonstram uma grande vitalidade como pequenos produtores independentes

³⁹ Não houve ausência de desenvolvimento em Portugal, mas sim um desenvolvimento relativo fraco que não melhorou, mas, pelo contrario, piorou a sua posição na estratificação hierárquica da economia-mundo. Nos últimos vinte anos, todos os países percorreram a via da industrialização, mas permaneceram na mesma posição relativa que ocupavam anteriormente. A industrialização da semiperiferia e da periferia, por outras palavras, salvo raras excepções, revelou-se um caminho não de subversão, mas de reprodução da estrutura hierárquica da economia-mundo. Acerca destes temas, cf. Arrighi e Drangel, 1986; Wallerstein, 1987; Arrighi, 1989.

⁴⁰ Um dos primeiros estudos neste sentido foi aquele de Cabral, 1976: 199-234. Outros autores, mais recentemente, salientaram o papel complementar da "pequena agricultura" na economia familiar e a sua importância na esfera da reprodução social: Reis, 1985: 225-260; Reis e Hespanha, 1988.

ou como pequenos comerciantes, dedicam-se a duas ou três actividades diferentes. Enfim, fazem aquilo que sempre tinham feito, mas com perspectivas mais amplas e maiores meios. A mudança de ambiente provocada pelo 25 de Abril permitiu uma liberdade de projectos e de acções nesse sentido, muito mais sólida e frutífera do que a que era praticável na ditadura.

Temos, assim, uma soma de esforços individuais que modificam um conjunto, de acordo com um esquema que não é o clássico das revoluções sociais⁴¹: os seus efeitos — embora pouco visíveis e aparentemente sem importância — podem, no entanto, acabar por revelar-se não menos importantes do que os que são provocados pelo choque colectivo das revoluções sociais e que, portanto, são tudo menos irrelevantes para a compreensão de certos êxitos políticos. A proletarização tinha fornecido a base social à revolução. Depois, é a própria revolução que traz benefícios e que destrói a coesão dessa base social: eleva um número não irrelevante de proletários à posição de pequenos proprietários, estratifica as classes e regula, de forma discricionária, as suas oportunidades económicas; favorece a criação de uma pequena burguesia e de um proletariado espúrio unidos por uma série de inter-relações, não sendo assim tão fácil separar os respectivos interesses económicos. Favorece a criação de mecanismos informais de compensação para garantir uma satisfação relativamente adequada dos interesses imediatos de grandes estratos da população à luz das novas exigências e novas expectativas que a própria revolução induziu. A estrutura social muda e a revolução perde a sua base popular. A revolução ao enfraquecer o aspecto da proletarização e perde força. Deste modo, acaba por faltar a base para uma política radical e criam-se as condições que conferem aos acontecimentos revolucionários um cariz

⁴¹ A revolução portuguesa não poderia ser incluída, no quadro restritivo de Theda Skocpol, entre os vários exemplos relativamente escassos de revoluções sociais da história moderna: ou seja, as mudanças estruturais da sociedade que coincidam com a desorganização das classes e que devem ser somadas às transformações políticas, onde as lutas de classe assumem um papel-chave (cf. Skocpol, 1979: 23 ss).

moderado.

Bibliografia

- Arrighi, G. (1985) "Fascism to democratic socialism", in G. Arrighi (org.), *Semiperipheral Development. The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*, Beverly Hills, London, New Delhi, Sage Publications, 1985, 243-279;
- Arrighi, G. (1989) *The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery*, artigo não publicado apresentado no 13º Congresso Anual de Economia Política do Sistema-mundo, Universidade do Illinois, Urbana-Champaign, 28-30 de Abril de 1989 (em curso de publicação in W. G. Martin, org., *Semiperipheral States in the World-Economy*, New York, Greenwood Press).
- Arrighi, G.; Drangel, J. (1986) "The Stratification of the World-Economy. An Exploration of the Semiperipheral Zone", *Review*, X, 1, Verão de 1986, 9-74.
- Berkner, L; Mendels, F. (1977) "Sistemi di eredità, struttura familiare e modelli demografici in Europa (1700-1900)", in M. Barbagli (org.), *Famiglia e mutamento sociale*, Bologna, Il Mulino, 1977, 219ss.
- Bessa, D. (1985) *As Políticas Macroeconómicas do Post-25 de Abril: ascensão e declínio do Estado Social português*, in Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 330ss.
- Bessa, D. (1988) *O processo inflacionário português 1945-1980*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.
- Cabral, M. V. (1976) "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, vol. XIX, 1976, 199-234.
- CMC (1984) *Estudos Prévios, Plano Director Municipal*, Câmara Municipal de Coimbra, 1984.
- Cohen, A. P. (org.) (1982) *Belonging. Identity and Social Organisation in British Rural Cultures*, Manchester University Press, 1982.
- Colóquio "Portugal..." (1985) Colóquio "Portugal 1974-1984.

- Dez anos de transformação social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 1, 15-16-17, Maio, 1985.
- Colóquio "Portugal..." (1986) Colóquio "Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 2, 18-19-20, Fevereiro, 1986.
- Ferreira, R. V. (1985) *A Evolução da Estrutura Económica Portuguesa entre 1977/81 à Luz das Comparações Internacionais*, in Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 411ss.
- Lipietz, A. (1983) *Sur les fordismes périphériques de l'Europe du Sud*, artigo não publicado apresentado no "Colloquium on European Integration: Urban and Regional Problems", Naxos, 31 Agosto - 12 Setembro de 1983.
- Lopes, A. Simões (1986) "Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista)", in M. Silva (org.), *Portugal Contemporâneo. Problemas e perspectivas*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, 1986, 595ss.
- Marques, A. (1985) *Promoção de Exportações e Desenvolvimento — De alguns limites e ensinamentos da experiência portuguesa*, in Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 301ss.
- Mateus, A. (1978) "Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português)", *Economia e Socialismo*, XI, 72-73, Dezembro de 1978, 41-62.
- Mateus, A. (1983) "Economia portuguesa: Que crise?", *Economia e Socialismo*, LIX; Outubro-Dezembro 1983, 5-25.
- Mateus, A. (1985) *25 de Abril, Transição Política e Crise Económica: que desafios dez anos depois?*, in Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 281ss.
- Murteira, M. (1983) *Etat, crise et régulation en Europe du Sud*, artigo não publicado, apresentado à Conferência Unitar sobre "Stratégies alternatives de développement dans la région Méditerranéenne", Nápoles, 24-26 de Outubro de 1983.
- Oliveira, J. G. de (1985) *Mercado de Trabalho, "Dualismo" e Acções Colectivas*, in Colóquio "Portugal

- 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 397ss;
- Piselli, F. (1991a) "Estratégias económicas e dinâmicas familiares em quatro aldeias do concelho de Coimbra: antes e depois do 25 de Abril", *Antropologia Portuguesa*, 1991.
- Piselli, F. (1991b) *Medio Occidente*, Marsilio Editori, Venezia, 1991.
- Reis, J. (1985) "Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura - Para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução", *in* Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 225-260;
- Reis, J.; Hespanha, P. (1988) *O desenvolvimento do Baixo Mondego*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1988.
- Sahlins, M. (1985) *Islands of History*, The University of Chicago Press, 1985.
- Santos, B. Sousa (1985) "Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial", *Análise Social*, 87-88-89, 1985, 872ss.
- Santos, B. Sousa (1990) *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- Silva, M. (1985) *A repartição do Rendimento em Portugal no Pós-Abril 74 - Tópicos para um debate*, *in* Colóquio "Portugal 1974-1984...", *op. cit.*, vol. 1, 269ss.;
- Skocpol, T. (1979) *States and Social Revolutio A Comparative Analysis of France, Russia, and China*, Cambridge University Press, 1979, 23ss.
- Wallerstein, I. (1979) *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, 1979.
- Wallerstein, I. (1984) *The Politics of the World-Economy*, Cambridge University Press, 1984.
- Wallerstein, I. (1985) *Il capitalismo storico*, Turim, Einaudi, 1985.
- Wallerstein, I. (1987) *Development: Lodestar or Illusion?*, artigo não publicado, Distinguished Speaker Series, Center for Advanced Study in International Development, Michigan State University, 1987;

Quadro 1 — Distribuição da população masculina activa, por profissão e grupo etário, em 1971 (%)

GRUPO ETÁRIO PROFISSÃO	14-25	26-45	46-65	> 65	Total	14-25	26-45	46-65	> 65	Total
	anos	anos	anos	anos		anos	anos	anos	anos	
	ALMALAGUÊS					ANTANHOL				
pequenos agricultores, jornaleiros	25,0	39,3	76,9	90,9	49,8	—	6,1	23,2	35,7	11,6
operários	45,0	23,1	7,7	—	21,5	87,2	64,3	46,4	21,4	60,9
assalariados nos serviços	22,5	29,9	6,2	—	20,6	10,2	15,3	8,9	14,3	12,5
comerciantes, artífices	5,0	3,4	4,6	9,1	4,2	2,6	6,1	3,6	28,6	6,3
empregados	2,5	1,7	—	—	1,3	—	7,2	12,5	—	6,8
trabalhadores independentes, empresários	—	2,6	4,6	—	2,6	—	1,0	5,4	—	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	40	117	65	11	233	39	98	56	14	207
	EIRAS					ADÉMIA				
pequenos agricultores, jornaleiros	—	2,2	9,4	62,5	6,5	3,5	3,3	16,0	55,6	8,7
operários	59,3	49,6	38,8	6,3	47,2	66,7	45,5	41,3	22,2	48,1
assalariados nos serviços	22,1	26,7	25,9	12,5	24,6	14,0	29,7	20,0	—	22,5
comeriantes, artífices	1,2	5,9	14,1	6,2	6,8	1,8	9,1	9,3	—	7,3
empregados	16,2	13,4	4,7	—	11,2	14,0	5,8	1,4	—	6,1
trabalhadores independentes, empresários	1,2	2,2	7,1	12,5	3,7	—	6,6	12,0	22,2	7,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	86	135	85	16	322	57	121	75	9	262

Quadro 2 — Distribuição da população feminina activa, por profissão e grupo etário, em 1971 (%)

GRUPO ETÁRIO	14-25 anos	26-45 anos	46-65 anos	> 65 anos	Total	14-25 anos	26-45 anos	46-65 anos	> 65 anos	Total
	ALMALAGUÊS					ANTANHOL				
trabalhadoras agrícolas	7,3	12,0	18,4	10,0	11,8	2,3	23,4	46,0	44,4	24,1
operárias	3,6	—	—	—	1,1	59,1	38,3	18,9	—	37,2
assalariadas nos serviços	5,5	2,7	2,6	—	3,4	18,2	17,1	18,9	—	16,8
comerciantes	14,5	5,3	13,2	—	9,5	20,4	17,0	10,8	55,6	19,0
tecedeiras	69,1	74,7	65,8	90,0	71,9	—	—	—	—	—
empregadas	—	—	—	—	—	—	2,1	—	—	0,7
trabalhadoras independentes, empresárias	—	5,3	—	—	2,3	—	2,1	5,4	—	2,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	55	75	38	10	178	44	47	37	9	137
	EIRAS					ADÉMIA				
trabalhadoras agrícolas	1,5	—	20,8	66,7	5,6	—	6,5	8,3	50,0	4,8
operárias	84,1	58,3	41,6	—	66,7	63,5	45,7	33,4	—	52,0
assalariadas nos serviços	2,9	12,5	4,2	—	6,2	12,7	26,1	50,0	25,0	21,6
comerciantes	7,2	14,6	25,0	33,3	13,2	19,0	13,0	—	—	14,4
tecedeiras										
empregadas	4,3	12,5	4,2	—	6,9	3,2	2,2	—	—	2,4
trabalhadoras independentes, empresárias	—	2,1	4,2	—	1,4	1,6	6,5	8,3	25,0	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	69	48	24	3	144	63	46	12	4	125

Quadro 3 — Emprego da mãe segundo a composição do agregado familiar*, em 1971 (%)

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO	cônjuges sem filhos	família nuclear	família extensa	Total	cônjuges sem filhos	família nuclear	família extensa	Total
MÃE EMPREGADA								
	ALMALAGUÊS				ANTANHOL			
a tempo inteiro	—	—	3,0	0,5	24,3	17,9	20,0	19,8
a tempo parcial	68,8	81,5	84,9	79,9	54,1	44,2	57,5	49,4
doméstica	31,2	18,5	12,1	19,6	21,6	36,8	22,5	30,2
outras situações	—	—	—	—	—	1,1	—	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	32	119	33	184	37	95	40	172
	EIRAS				ADÉMIA			
a tempo inteiro	13,6	14,9	30,6	17,7	23,6	20,0	34,5	22,7
a tempo parcial	38,6	28,6	32,7	31,1	25,5	24,1	24,1	24,5
doméstica	45,5	53,4	34,7	48,4	47,3	55,2	41,4	51,5
outras situações	2,3	3,1	2,0	2,8	3,6	0,7	—	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	44	161	49	254	55	145	29	229

* Consideraram-se apenas os agregados familiares em que estão presentes marido e mulher, excluindo, portanto, os de uma pessoa só, os nucleares incompletos, etc.

Quadro 4 — Estrutura familiar segundo a tipologia dos agregados familiares, em 1971 (%)

AGREGADOS FAMILIARES ESTRUTURA FAMILIAR	ALMALAGUÊS			ANTANHOL			EIRAS			ADÉMIA		
	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total
pessoa só	12,5	9,5	10,0	5,6	8,6	7,3	10,9	5,8	9,0	8,1	5,6	7,3
cônjuges sem filhos	4,2	15,6	14,3	18,0	17,9	18,0	14,1	14,2	14,1	23,1	16,8	21,0
família nuclear	66,6	51,8	53,3	52,8	41,0	46,1	49,0	55,8	51,6	52,0	61,8	55,3
família nuclear inc.*	4,2	5,5	5,4	7,9	6,8	7,3	8,8	5,0	7,4	4,6	3,4	4,2
família extensa	8,3	15,6	14,8	14,6	23,1	19,4	14,6	17,5	15,7	10,4	12,4	11,1
outros	4,2	2,0	2,2	1,1	2,6	1,9	2,6	1,7	2,2	1,8	—	1,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	24	199	223	89	117	206	192	120	312	173	89	262

* Considera-se família nuclear incompleta aquela que é constituída por um só cônjuge (viúvo/a, separado/a, etc.) e filhos.

Quadro 5 — Distribuição da população masculina activa, por profissão e grupo etário, em 1986 (%)

GRUPO ETÁRIO	14-25	26-45	46-65	> 65	Total	14-25	26-45	46-65	> 65	Total
	anos	anos	anos	anos		anos	anos	anos	anos	
	ALMALAGUÊS					ANTANHOL				
pequenos agricultores, jornaleiros	4,3	7,4	40,3	50,0	16,6	—	1,2	1,9	—	1,2
operários	67,4	34,0	26,3	—	39,2	46,2	34,9	37,7	—	37,7
assalariados nos serviços	15,2	29,8	19,3	—	23,1	19,2	6,0	15,1	—	11,1
comerciantes, artífices empregados	4,4	9,6	8,8	50,0	8,5	—	16,9	17,0	—	14,2
trabalhadores independentes, empresários	8,7	18,1	1,8	—	11,1	34,6	37,4	22,6	—	32,1
	—	1,1	3,5	—	1,5	—	3,6	5,7	—	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	46	94	57	2	199	26	83	53	—	162
	EIRAS					ADÉMIA				
pequenos agricultores, jornaleiros	1,8	—	—	—	0,5	—	—	11,8	—	3,0
operários	58,2	40,6	37,2	—	44,2	71,0	42,9	38,2	—	47,8
assalariados nos serviços	16,4	13,2	20,9	100,0	16,5	19,4	4,3	14,7	—	10,3
comerciantes, artífices empregados	3,6	14,1	14,0	—	11,1	3,2	7,1	8,8	—	6,6
trabalhadores independentes, empresários	20,0	28,3	20,9	—	24,3	6,4	40,0	14,7	—	25,7
	—	3,8	7,0	—	3,4	—	5,7	11,8	100,0	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	55	106	43	2	206	31	70	34	1	136

Quadro 6 — Distribuição da população feminina activa, por profissão e grupo etário, em 1986 (%)

GRUPO ETÁRIO	14-25 anos	26-45 anos	46-65 anos	> 65 anos	Total	14-25 anos	26-45 anos	46-65 anos	> 65 anos	Total
	ALMALAGUÊS					ANTANHOL				
trabalhadoras agrícolas	—	5,3	13,3	—	5,4	—	—	—	—	—
operárias	16,7	4,0	—	—	6,8	60,7	26,5	—	—	34,9
assalariadas nos serviços	7,1	5,3	—	—	4,7	17,9	10,2	66,7	—	18,6
comerciantes	7,2	6,7	6,7	100,0	7,5	—	18,4	11,1	—	11,6
tecedeiras	54,8	69,4	66,6	—	64,2	—	—	—	—	—
empregadas	14,3	4,0	6,7	—	7,4	21,4	42,9	22,2	—	33,7
trabalhadoras independentes, empresárias	—	5,3	6,7	—	4,0	—	2,0	—	—	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0
TOTAL DE CASOS	42	75	30	1	148	28	49	9	—	86
	EIRAS					ADÉMIA				
trabalhadoras agrícolas	—	1,3	—	—	0,8	—	—	5,5	—	1,1
operárias	64,9	31,6	8,3	—	39,1	63,3	41,5	16,7	—	43,3
assalariadas nos serviços	18,9	20,3	41,7	—	21,9	23,3	17,1	16,7	100,0	20,0
comerciantes	10,8	17,7	25,0	—	19,5	10,0	29,3	11,1	—	18,9
tecedeiras										
empregadas	5,4	25,3	25,0	—	19,5	10,0	29,3	11,1	—	18,9
trabalhadoras independentes, empresárias	—	3,8	—	—	2,3	—	2,4	16,7	—	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	—	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	37	79	12	—	128	30	41	18	1	90

Quadro 7 — Tipologia dos agregados familiares, em 1971 e 1986 (%)

ALDEIAS	1971					1986				
	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	ADÉMIA	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	ADÉMIA		
AGREGADOS FAMILIARES										
proletários	10,8	43,2	61,5	66,0	6,9	39,1	39,1	48,7		
mistos	89,2	56,8	38,5	34,0	93,1	60,9	60,9	51,3		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
TOTAL DE CASOS	223	206	312	262	216	174	233	156		

Quadro 8 --- Fontes de rendimento dos agregados familiares, em 1971 e 1986 (%)

ALDEIAS	1971					1986				
	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	ADÉMIA	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	ADÉMIA		
FONTES DE RENDIMENTO										
uma só fonte	57,8	52,4	67,6	75,6	9,2	32,2	37,8	47,4		
duas fontes	42,2	43,7	32,4	22,9	75,5	44,8	46,8	36,6		
três ou mais fontes	—	3,9	—	1,5	15,3	23,0	15,4	16,0		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
TOTAL DE CASOS	223	206	312	262	216	174	233	156		

Quadro 9 — Emprego da mãe segundo a composição do agregado familiar*, em 1986 (%)

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO	cônjuges sem filhos	família nuclear	família extensa	Total	cônjuges sem filhos	família nuclear	família extensa	Total
MÃE EMPREGADA								
	ALMALAGUÊS				ANTANHOL			
a tempo inteiro	2,2	9,7	13,6	8,3	6,3	33,7	31,1	27,5
a tempo parcial	47,8	81,5	77,3	72,9	18,7	37,4	37,8	33,8
doméstica	8,7	2,4	4,6	4,2	6,3	19,3	24,4	18,1
outras situações	41,3	6,4	4,5	14,6	(3)68,7	9,6	6,7	20,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	46	124	22	192	32	83	45	160
	EIRAS				ADÉMIA			
a tempo inteiro	23,8	44,6	42,9	38,1	10,0	42,2	42,9	34,4
a tempo parcial	15,9	29,5	31,4	25,7	26,7	18,3	42,8	24,6
doméstica	7,9	13,4	5,7	10,5	16,7	29,6	14,3	23,8
outras situações	52,4	12,5	20,0	25,7	46,6	9,9	—	17,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	63	112	35	210	30	71	21	122

* Consideraram-se apenas os agregados familiares em que estão presentes marido e mulher, excluindo, portanto, os de uma pessoa só, os nucleares incompletos, etc.

Quadro 10 — Estrutura familiar segundo a tipologia dos agregados familiares, em 1986 (%)

AGREGADOS FAMILIARES ESTRUTURA FAMILIAR	ALMALAGUÉS			ANTANHOL			EIRAS			ADÉMIA		
	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total	proletários	mistos	Total
essoa só	46,7	4,5	7,4	5,9	2,8	4,0	12,1	2,8	6,4	10,5	11,2	10,9
cônjuges sem filhos	33,3	20,4	21,3	11,7	22,7	18,4	29,7	25,4	27,1	15,8	22,5	19,2
família nuclear	13,3	60,7	57,4	51,5	45,3	47,7	46,1	49,3	48,1	50,0	41,2	45,5
família nuclear inc.*	6,7	3,5	3,7	4,4	2,8	3,5	4,4	2,8	3,4	9,2	8,8	9,0
família extensa	—	10,9	10,2	25,0	26,4	25,8	7,7	19,7	15,0	11,9	13,8	12,8
outros	—	—	—	1,5	—	0,6	—	—	—	2,6	2,5	2,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE CASOS	15	201	216	68	106	174	91	142	233	76	80	156

* Considera-se família nuclear incompleta aquela que é constituída por um só cônjuge (viúvo/a, separado/a, etc.) e filhos.

**Quadro 11 — Resultados das eleições para a Assembleia de Freguesia,
em 1985 (%)**

	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	TROUXEMIL	COIMBRA (CONCELHO)	COIMBRA (DISTRITO)	PAÍS
APU	18,7	12,4	23,8	18,5	22,2	12,7	21,3
PPD/PSD	56,3	34,5	31,8	21,0	39,0	41,3	34,0
PRD	—	—	10,0	19,5	6,9	5,5	3,5
PS	25,0	53,1	34,4	41,0	31,7	35,3	28,0
CDS	—	—	—	—	—	4,5	10,9
Outros	—	—	—	—	0,2	0,7	2,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Votos válidos	1 429	768	3 239	1 132	60 984	197 926	4 658 930

Nota:

Freguesia de Almalaguês: eleitores inscritos 2636; votantes 1495 (56,7%); votos em branco 35; votos nulos 31; votos válidos 1429.

Freguesia de Antanhol: eleitores inscritos 1518; votantes 797 (52,5%); votos em branco 14; votos nulos 15; votos válidos 768.

Freguesia de Eiras: eleitores inscritos 5825; votantes 3326 (57,1%); votos em branco 47; votos nulos 40; votos válidos 3239.

Freguesia de Trouxemil: eleitores inscritos 2325; votantes 1172 (50,4%); votos em branco 22; votos nulos 18; votos válidos 1132.

Concelho de Coimbra: eleitores inscritos 110 815; votantes 63 533 (57,3%); votos em branco 1388; votos nulos 1161; votos válidos 60 984.

Distrito de Coimbra: eleitores inscritos 348 019; votantes 206 266 (59,3%); votos em branco 4096; votos nulos 4244; votos válidos 197 926.

No País: eleitores inscritos 7 594 753; votantes 4 824 521 (63,5%); votos em branco 84 811; votos nulos 80 780; votos válidos 4 658 930.

**Quadro 12 — Resultados das eleições para a Assembleia da República,
em 1987 (%)**

	ALMALAGUÊS	ANTANHOL	EIRAS	TROUXEMIL	COIMBRA (CONCELHO)	COIMBRA (DISTRITO)	PAÍS
CDS	3,3	2,4	3,1	3,5	4,2	4,7	4,4
CDU	6,2	9,9	14,2	9,9	12,0	7,3	12,5
PPD/PSD	51,9	44,1	40,7	34,9	44,8	51,4	51,3
PRD	2,6	5,5	4,9	5,8	4,4	3,5	5,0
PS	32,2	32,9	33,8	42,0	31,3	29,5	22,8
Outros	3,8	5,2	3,3	3,9	3,3	3,6	4,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Votos válidos	1 837	968	4 246	1 418	79 144	236 789	5 498 461

Nota:

Freguesia de Almalaguês: eleitores inscritos 2655; votantes 1888 (71,1%); votos em branco 26; votos nulos 25; votos válidos 1837.

Freguesia de Antanol: eleitores inscritos 1593; votantes 992 (62,3%); votos em branco 7; votos nulos 17; votos válidos 968.

Freguesia de Eiras: eleitores inscritos 5987; votantes 4325 (72,2%); votos em branco 37; votos nulos 42; votos válidos 4246.

Freguesia de Trouxemil: eleitores inscritos 2350; votantes 1437 (61,7%); votos em branco 7; votos nulos 12; votos válidos 1418.

Concelho de Coimbra: eleitores inscritos 110 730; votantes 80 854 (73,0%); votos em branco 811; votos nulos 899; votos válidos 79 144.

Distrito de Coimbra: eleitores inscritos 349 396; votantes 243 374 (69,7%); votos em branco 2790; votos nulos 3795; votos válidos 236 789.

No País: eleitores inscritos 7 741 149; votantes 5 623 128 (72,6%); votos em branco 49556; votos nulos 75 111; votos válidos 5 498 461.